SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em: 25 de novembro de 2026
(quarta-feira)

Às 14 horas
158ª Sessão Deliberativa Ordinária

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Fala da Presidência.) - Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por intermédio dos totens disponibilizados na Casa ou por solicitação à mesa durante a sessão.

Os Senadores e as Senadoras presentes remotamente e inscritos para o uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

A presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação das seguintes matérias, já disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje. São eles:

- o Projeto de Lei nº 351, de 2019, do Deputado Alexandre Padilha;

- o Projeto de Lei nº 5.807, de 2025, do Deputado Otavio Leite; e

- o Projeto de Lei nº 1.257, de 2021, da Deputada Paula Belmonte.

Passamos aos oradores inscritos, que terão o prazo de dez minutos para o uso da palavra.

O primeiro Senador inscrito é o nobre Senador, ilustre, amigo querido, Senador Paulo Paim, a quem tenho a honra de conceder a palavra neste momento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) - Presidente Laércio, é uma satisfação, Senador, estar o senhor presidindo. E sabe que eu falei muito do senhor nesta semana? Mas falei bem. É a velha história de que a tributação da previdência deveria ser sobre o faturamento, claro, com a devida transição. E disse que assinei a sua PEC. Assinei, porque eu concordo com o princípio. V. Exa. apresentou para discussão, e pode ser mudada, ajustada, melhorada. Eu fiz aqui um discurso de, acho, 30 minutos, só falando desse tema aqui, e o deixei nos *Anais* da Casa como uma contribuição a esse debate.

Eu acho que esse é o caminho para nós resolvermos a questão da previdência. Eu acho que esse é o caminho e, como eu assinei, eu estou defendendo uma tese. Se eu não tivesse assinado, não tinha moral para pedir, para querer que a PEC continue, que haja o debate, que seja mudada. Se, no futuro, embora eu não vá estar mais aqui, esse tema for debatido e me convidarem, eu venho debater.

Eu apresentei, via projeto de lei, há 20 anos. Só que com a mudança na reforma tributária, não pode ser mais por projeto de lei, tem que ser por PEC. Então, V. Exa. está no caminho certo, e, por isso, eu assinei com muita tranquilidade.

Mas, Presidente Laércio, eu tenho feito da tribuna cada dia uma despedida e, entre as despedidas, naturalmente, entrou a questão da previdência, pela qual eu tenho um carinho muito forte. Todos nós temos compromisso com ela, para que ela se torne cada vez mais superavitária, viável, com a contribuição dentro da medida - no fim, eu estou falando mais de previdência do que outra coisa que eu tenho para falar aqui -, na medida de que quem lucra mais e emprega menos tem que pagar, naturalmente, um pouquinho a mais, que vai ser sobre faturamento. Agora, vou resumir aqui.

Mas, Presidente, está aqui no Plenário a Cleonice Back. Cleonice é minha suplente, foi candidata a Deputada Federal. Ela não queria ser candidata a Deputada Federal, ela queria continuar como minha suplente; insistiu muito para que eu concorresse. Eu tinha tomado a decisão e resolvi não concorrer, dando oportunidade para outros mais jovens chegarem aqui ou se apresentarem como candidatos e, amanhã ou depois, ocuparem o espaço.

Cleonice, é muito bom te ver aqui. Sabe que eu a considero, no meu ponto de vista, uma das suplentes mais titulares, porque suplente titular não é só estar aqui dentro; é estar lá embaixo, lá na base, nos representando, e, no meu caso, em quase todas as cidades do Rio Grande do Sul. Por isso, ela veio a Brasília e fez questão de vir ao Plenário comigo. Ela sabe que, em mais 20 dias, eu estou indo para a casa, chegou a hora de ir para casa. Estou pagando 20 dias úteis, se considerarmos que janeiro é férias. Mas, Presidente, eu, como disse - e também à Cleonice e àqueles que nos assistem -, cada dia é uma despedida para mim nessas últimas sessões de que eu participo aqui.

Quero começar esse pronunciamento fazendo um agradecimento muito especial ao Senador Alessandro Vieira. Alessandro, você não está aqui, deve estar no seu estado, mas receba o meu abraço - um abraço fraterno, de amigo, de gratidão - pela iniciativa de apresentar um requerimento aqui no Plenário, propondo uma sessão especial em homenagem a esses 40 anos de vida parlamentar, de Congresso. A data será definida pelo Presidente Davi Alcolumbre. Confesso que fiquei feliz com essa lembrança quando li o seu requerimento, e com dezenas de assinaturas, Presidente, dezenas! Eu só não leio o nome de todos, porque, se eu ler o nome de todos, eu vou fazer uma injustiça, porque sei que todos que ele procurou assinaram. Então, pode ser que teve alguns que não foram procurados, e, por isso, a assinatura não se encontra no documento. Mas, enfim, Alessandro, é não apenas pelo reconhecimento à nossa trajetória, mas sobretudo pelo cuidado e carinho com que você resgatou momentos importantes dessa caminhada. Foste buscar as minhas origens: eu digo a nossa história de menino negro, pobre, filho de um metalúrgico e de uma dona de casa, lá de Caxias do Sul, Serra Gaúcha.

Lembro-me dos meus primeiros passos no mundo do trabalho, das fábricas, do Senai - V. Exa., que é um admirador do Senai também -, do movimento sindical, da construção da central estadual do Rio Grande do Sul; depois, da central nacional, enfim, da luta permanente pelo direito dos trabalhadores, pela luta pela democracia, porque, naquela época, ainda - eu sou de 1950, o golpe foi em 1964 -, eu tinha 14 anos; participei de todos os comícios das Diretas, da anistia, até que cheguei à Assembleia Nacional Constituinte, por força do povo gaúcho, Cleonice, por força do povo gaúcho!

Ele também... Eu estou relatando mais ou menos o que ele escreveu. Ele fez questão de registrar algo que considera fundamental. Ele disse, o Alessandro: "Você nunca se afastou das suas origens, nunca se esqueceu de onde veio, de quem é e de quem representa".

Quero também estender agora, Sr. Presidente, esse meu agradecimento, que está aqui no papel - no que eu improvisei antes -, a todos os Senadores e Senadoras desta Casa, que, de uma forma ou de outra, sempre me trataram com muito respeito e muito carinho. Discordar faz parte da democracia. É claro que, em momentos outros, houve algumas divergências que nós tratamos no bom debate, no bom diálogo e, no voto, nós decidimos. Que bom - né? - que é assim. Ruim é quando você não tem o Parlamento, não tem a democracia, não tem a possibilidade de ouvir aqueles que pensam diferente e construir acordos, como foi construído ontem aqui. Havia uma série de polêmicas e, no fim, foi aprovada a redação final por unanimidade. Enfim, esse gesto de reconhecimento tem um significado muito especial para mim, e não é só agora quando estou indo embora. Acho que qualquer Parlamentar, qualquer Senador, qualquer Deputado - quando digo "qualquer", é no bom sentido -, se for perguntado, ele sempre dirá que eu divergi, mas sempre tratei a todos com respeito, o que faz parte da própria educação e da democracia.

Foram 40 anos no Parlamento: tudo começou em 1987, quando tomei posse como Deputado Federal Constituinte. Eu vinha, sim, do movimento sindical, do chão das fábricas, do estudo no ginásio noturno para trabalhadores, das assembleias, participei de greves, mobilizações populares, dos comícios, como disse, das Diretas, mas cheguei a Brasília - agora estou saindo, estou voltando para o Rio Grande - trazendo comigo os sonhos, as esperanças, as reivindicações de milhares e milhares, para não dizer de milhões e milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Não cheguei sozinho, cheguei carregando uma história coletiva. Foram quatro mandatos na Câmara dos Deputados e três mandatos aqui no palco do Senado Federal. Foram décadas de debates, audiências públicas, centenas de negociações, embates, vitórias e derrotas. Foram também 40 anos de compromisso com a democracia e com a defesa dos direitos humanos. Por isso eu escolhi o Dia Internacional

dos Direitos Humanos para ser, digamos, a minha última sessão, que vai ser agora no início de dezembro, no dia 10 de dezembro. A atividade talvez seja no dia 7.

Enfim, aqui sempre cuidei com muito carinho das pessoas com deficiência, dos aposentados, dos negros, das negras, dos indígenas, dos quilombolas, dos brancos, todos que precisavam de um apoio, de atenção, que eram por mim considerados mais vulneráveis. Sim, quando eu falo, eu falo de todos: não posso me esquecer da juventude, nunca vou me esquecer dos idosos e também do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Procurei dar voz àqueles que não têm voz, sempre procurei fazer da política um instrumento de transformação social.

Em fevereiro de 2027, encerrarei meu mandato no Senado Federal. Tomei a decisão de não disputar uma nova eleição - foi uma decisão própria, minha, uma decisão pessoal, amadurecida e que representa o desejo de abrir espaço para novas lideranças. Não estou deixando a política: a política não é apenas o mandato, um, ou dois, ou três, ou dez; é muito mais que simplesmente uma cadeira no Parlamento. A política é compromisso, é participação, é solidariedade, é estar ao lado das pessoas e continuar fazendo a boa luta, o bom diálogo, o bom combate na busca de melhorar a vida de todos.

Sr. Presidente Laércio, por uma questão de registro, quero informar que, por ocasião dos meus 40 anos de vida parlamentar, também receberei diversas homenagens de entidades, de associações, de centrais, de sindicatos e aqui vou falar algumas só, dentro do limite do meu tempo: o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), a Advocacia-Geral da União, a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), as centrais sindicais, praticamente todas, as confederações e as federações de trabalhadores também, a Confederação dos Aposentados e Pensionistas, a Confederação das Mulheres e as entidades de estudantes, que também preparam um momento, talvez nem que seja no ano que vem, de eu poder estar com eles. São manifestações que me emocionam, porque eu as recebo como um acolhimento, e a palavra certa é gratidão, gratidão a todos e a todas! Essa caminhada nunca foi individual, foi construída por muitas mãos, ao lado de muitas pessoas e instituições que compartilham o compromisso com a democracia, a justiça social, os direitos humanos e os direitos dos trabalhadores. Presidente Laércio, fica aqui esta minha palavra: gratidão, gratidão ao povo gaúcho, ao povo brasileiro, à democracia!

Sr. Presidente, para finalizar, eu destaco, por uma questão de justiça, que ontem eu estive no lançamento do livro *Mulher: a Liderança em Dez Lições*, da Diretora-Geral da Casa, gaúcha também, Diretora-Geral do Senado Federal, Ilana Trombka. O evento muito concorrido aconteceu na Biblioteca do Senado.

Hoje pela manhã, tive uma boa conversa na Liderança do PT no Senado. Por iniciativa do nosso Líder, eu recebi lá a Deputada Federal eleita pelo PT, de Pernambuco, Rosa Amorim, e o Deputado Federal eleito pelo PT, do Paraná, Renato Freitas; uma mulher negra e um jovem negro. Esses jovens representam o presente e o futuro das nossas caminhadas pelas ruas, pelo país e pelo Congresso. Pude compartilhar um pouco de minha caminhada e ouvir as experiências deles também. Foi um momento muito lindo, Presidente, porque, num encontro praticamente de gerações, eu vi que há muita harmonia na busca de que a gente avance para o bem comum. Também entreguei um exemplar do meu mais novo livro, que vou entregar a V. Exa. também, com certeza, *Política com Alma*, em que eu falo da forma como fiz política nesses 40 anos. Quem bem me conhece vai ver que ali dentro está a forma como eu fiz política nesses 40 anos.

Agradeço também ao Líder do PT, Camilo Santana; ao Chefe de Gabinete da Liderança, Cristian Jesus da Silva; e ao Coordenador da Comunicação, Vitor Tamar. Foram eles que trabalharam e ajustaram lá um café da manhã com esses dois Parlamentares jovens, que chegam à Câmara dos Deputados.

Era isso, Presidente.

Era mais um informe que eu estava dando hoje e, ao mesmo tempo, agradecendo a todos e a todas, como agradeci, em outro dia, a todos os funcionários desta Casa, todos, todos, todos, todos - se eu tivesse que agradecer um a um, eu estaria fazendo uma injustiça -, tanto o pessoal terceirizado, como aqueles contratados por cada gabinete, como os concursados e em cada gabinete dos Srs. Senadores e Senadoras, que sempre, com o maior carinho, quando me encontraram - de todos os Senadores e Senadoras... Quando pedem "Senador Paim, dá para assinar uma PEC, dá para assinar essa proposta?", eu dificilmente digo "não", porque o debate é salutar, é bom. E é aqui que a gente se encontra, nessa construção coletiva, para o bem do povo brasileiro.

Era isso, Presidente Laércio.

Muito, muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Senador Paulo Paim, antes de o senhor sair da tribuna, eu quero dizer a V. Exa. que eu vou levar na minha história política o privilégio que eu tive de conviver com V. Exa. nesses anos todos, porque as diferenças nos aproximaram e nos tornaram melhores para fazer a boa política, a política em que a gente acredita, a política que tem a sua visão, a política que tem a minha visão. Elas podem se turvar

em alguns momentos, mas os meus princípios e os meus valores, aliados aos seus princípios e aos seus valores, apontam para uma busca incessante de uma nitidez para levar ao propósito que a gente deseja: servir ao nosso país, servir ao Rio Grande do Sul, servir a Sergipe e cuidar das pessoas.

Todas as homenagens que V. Exa. irá receber... E elas serão realizadas durante muitos anos ainda, porque o seu legado, o que o senhor deixa aqui, no Senado, não só para as gerações que chegam, mas para aqueles que tiveram o privilégio de conviver com V. Exa., jamais será guardado em uma prateleira ou onde quer que seja.

Nisso tudo, com o seu esforço desde muito jovem, no chão de fábrica, como o senhor diz, no ginásio da escola pública, na voz que o senhor sempre deu àqueles que não têm voz, no amor que o senhor tem pela Previdência, como um órgão que precisa acolher as pessoas, principalmente nos momentos em que as pessoas mais precisam, o senhor foi o mensageiro, o senhor foi o cidadão brasileiro que segurou esse cajado e...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - ... como discípulo, o senhor foi semear isso em todos os cantos.

E o senhor conseguiu contagiar o Brasil inteiro com esse seu comportamento. Não precisa falar alto, não precisa estar... Eu nunca vi, nos anos de convivência com V. Exa., o senhor alterar a voz nem o seu comportamento para ninguém, mesmo nos momentos difíceis que o senhor enfrentou.

Como o senhor disse, nas manifestações públicas, nos movimentos políticos de que o senhor participou, o senhor viveu momentos difíceis na política, mas aí eu trago comigo a lembrança de um versículo bíblico: o senhor combateu o bom combate e o senhor guardou a sua fé, a fé em Deus, a fé no Brasil e a fé no povo. Isso não só fez de V. Exa. uma pessoa melhor, mas também fez de muita gente pessoas melhores.

Eu já lhe disse isso uma vez. Uma vez, eu gravei um depoimento para V. Exa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Para um documentário. Foi para um documentário o seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Um documentário.

O privilegiado, Senador Paulo Paim, fui eu por poder fazer parte da sua história, viver a sua história e usufruir da sua história. No fundo, no fundo, como um Senador colega seu aqui dentro, eu roubei um pouco dos seus ensinamentos para me tornar uma pessoa melhor. Eu consegui um pouco disso e quero lhe agradecer.

Eu vou encontrar com V. Exa. muitas vezes ainda, tenho certeza absoluta, porque o senhor sempre será Senador, o senhor sempre será o nosso amigo querido e o senhor sempre terá a minha admiração e o meu respeito.

Eu agradeço muito a Deus o privilégio de estar aqui neste momento, de ouvir mais uma vez o senhor discorrer sobre a sua história e a gratidão que o senhor revela a todos que fazem o Senado Federal. Portanto, receba o meu carinho, a minha admiração e o meu respeito.

E muito obrigado, muito obrigado por o senhor ser presente - eu já estou misturando V. Exa. com senhor - na minha vida, por fazer parte da minha vida, Senador Paulo Paim.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Grande Laércio! Eu queria lhe agradecer muito por essas palavras. Pode crer... *(Manifestação de emoção.)*

Eu conheço V. Exa. e sei da sinceridade de cada palavra nos diálogos, nas conversas que tivemos.

Eu lhe confesso que o Presidente Davi foi muito feliz quando eu fiz, um dia aqui, um pronunciamento - V. Exa., eu acho, estava no Plenário - falando da PEC 5x2. Quando eu saí daqui e fui à tribuna, ele me botou a mão no rosto e *(Manifestação de emoção.)* disse: "Você vai levar consigo essa proposta, que é a proposta da sua vida. Este Plenário aqui [segundo ele disse] vai aprovar. Creia que vai, creia que vai!". E por que eu digo isso agora? Agradeço ao Davi, agradeço ao Hugo Motta, agradeço a todos os autores e Relatores - tinha muitas propostas nesse sentido -, mas quero agradecer a este Plenário principalmente, porque, quando eu vim para cá defender a tese de uma vida toda, eu disse: "Eu queria ver unanimidade nessa PEC". Eu falei tantas vezes que nós íamos chegar à unanimidade, que ia ser unânime a votação, que eu acho que este Plenário me deu um presente, a mim e ao povo brasileiro. Eu disse: "A Câmara teve 19 votos contrários. Aqui nós não vamos ter nenhum, vai ser unanimidade". E eu vi que, à medida que fomos avançando, o Plenário foi entendendo aquele momento, e a votação contra foi somente de um voto - é praticamente unanimidade -, de um Senador que eu respeito também, ele me respeita muito bem, mas, pelo que eu soube, ele disse: "Eu não tinha recebido orientação partidária e

eu achei que eu tinha que votar partidariamente". Então, a ele também eu não faço nenhuma crítica. Respeito-o, ele me respeita muito, eu sei que ele me respeita.

Enfim, eu posso dizer que voltei para casa, naquele fim de semana, estava o pessoal me esperando no aeroporto, não eram centenas, mas eram algumas dezenas daqueles que sempre defenderam essa causa, e eu levantei a Constituição e a CLT, pois estavam as duas comigo, voltei com a proposta que eu levei para lá 40 anos atrás.

Eu só tenho mesmo que agradecer, num momento como este, a todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram. Nós aprovamos, repito, praticamente por unanimidade essa proposta.

Enfim, neste momento, Presidente Laércio, eu só vou pedir a V. Exa. que esse seu pronunciamento fique incorporado no meu para que ele fique registrado na história, pois homens que pensam diferente podem dialogar, podem conversar e construir o que é possível.

E eu vou dizer a V. Exa. com todo o carinho que V. Exa. merece: um dia este país ainda vai aprovar uma reforma da previdência que não vai retirar direito nenhum de trabalhador e nem vai obrigar os trabalhadores a voltarem a pagar, depois de aposentados, uma contribuição para a previdência. Eu acho que está nas nossas mãos essa PEC que trata e aponta o caminho. Vamos chegar a um entendimento de que a contribuição para a previdência não será sobre a folha, vá ser sobre o faturamento. Quem lucra mais, quem ganha mais... Vamos dar um exemplo para essas operações financeiras que são de bilhões - vou falar "operações" para não citar um ou outro -: elas pagarão sobre o faturamento. E aquele empresário que tem meia dúzia de trabalhadores e - lembrando aqui o Chico Anysio do salário mínimo - fatura muito pouquinho vai pagar menos, é claro que vai pagar menos. E uma empresa - e por que não falar de uma grande empresa? - que emprega 10, 15, 20 mil trabalhadores, bom, vai pagar sobre o faturamento, mas não vai pagar como se fosse uma penalidade por empregar mais. Eu sei que esse é o princípio do que a V. Exa. pensa e que eu também penso. Eu sei que tem que haver uma regra de transição, para não ter equívoco nenhum, mas que a gente faça a regra de transição. E eu quero estar aqui escalado - e não precisa ser Senador para vir fazer debate no Plenário e nas Comissões.

Nós fizemos uma sessão temática - V. Exa. presidiu e espontaneamente deixou que eu presidisse a metade, dizendo "Paim, agora é contigo" - em que estiveram aqui 56 painelistas para debater exatamente um tema em que dificilmente - todos nós achávamos - ia haver entendimento e no fim houve. Desses 56 painelistas, a ampla maioria dizia: "Olhem, não é ser contra a redução da escala. O que nós queremos é uma regra de transição que atenda ao interesse geral da população". Esse foi o debate, e foi um debate no altíssimo nível. Eu não vi um, seja empresário, seja trabalhador, que, desta tribuna, de onde a maioria falou, e da outra também, fosse numa linha de ataque pessoal.

Acho que aquele que parte para o ataque pessoal é porque ele não tem argumento. Como ele não tem argumento, ele não tem história, não tem vida, seja no mundo empresarial, seja nos trabalhadores - ele deve ter levado uma vida muito frouxa, muito desorganizada -, ele não consegue construir nenhuma proposta e, então, vai para o ataque pessoal. A boa política, eu sempre digo, é feita no mais alto nível, com muito diálogo. Discordar eu diria até que é preciso. O que seria de um país sem a democracia e a liberdade que têm que ter a situação e a oposição? Para isso, não precisa chamar o seu adversário e querer desconstituí-lo ou mesmo ofender a mãe dele. Olhem o que eu disse, tive cuidado na palavra, porque não vou usar a palavra que alguns usam. Para que ofender a mãe, o pai, enfim, os familiares? Você está defendendo ideias. Ideias, muitas vezes, como eu e V. Exa. aqui neste momento, se somam, tanto que eu estou pedindo que a sua fala esteja inserida no meu pronunciamento.

Senador Laércio, muito obrigado por tudo.

Que Deus nos ilumine!

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Obrigado, meu irmão querido. Deus o abençoe sempre! E a sua suplente sobe à tribuna para lhe dar um abraço. Isso é que é uma suplente!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Ela disse: "Vou contigo para mais um mandato". Eu disse: "Eu não vou, e você vai ser candidata à Deputada". E ela foi. Eu estive na propriedade dela - ela é uma pequena produtora na área rural, é uma pequena média produtora na área rural -, ela me levou lá e disse: "Você tem que vir aqui para ver como é o trabalhador do campo". Cheguei lá às 4h da manhã. Às 5h da madrugada, eu estava buscando vaca lá em cima do morro com ela e ajudei a tirar leite. Aí pelas 10h ou 11h, eu não aguentava mais e disse: "Tenho que ir embora, eu acho". Ela disse: "Não, você vai ficar aqui, porque você vai almoçar com a gente ainda". *(Risos.)*

Meu carinho a ela.

Vamos tirar uma foto ali com o Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Eu concedo a palavra, com muita honra, a este pernambucano maravilhoso que é o Senador Fernando Dueire, por favor. *(Pausa.)*

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Para discursar.) - Saudações pernambucanas, Senador Laércio Oliveira. Orgulha-me muito ocupar este púlpito, esta tribuna, com o senhor presidindo. O senhor tem uma história linda!

Gostaria também de fazer um registro ao nobre Senador Paim. Certa vez, Senador Paim, eu estava com o ex-Ministro Celso Lafer, e ele me fez uma pergunta. Eu me rendi, não me atrevi a respondê-la. Ele me disse: "Fernando, qual é a diferença entre prestígio e conceito?". Eu disse: "Estou rendido. O senhor é intelectual, um imortal da ABL, duas vezes Ministro de Estado; eu não vou ensaiar qualquer resposta". Ele falou para mim - e eu guardei isto para sempre -, Laércio: "Prestígio você tem pelo cargo que ocupa, conceito não. Conceito é aquilo que você construiu durante a sua vida e aquilo que você leva para sempre consigo, e que sua família, depois que você não mais aqui estiver, vai guardar de forma muito preciosa". O senhor tem o prestígio, mas tem sobretudo o conceito, Senador Paulo Paim, conceito de uma vida de luta, uma vida que sempre esteve à disposição de outras vidas. E, olhem, homens como o senhor não têm vida fácil, porque o senhor se contrapõe ao sistema, e não é fácil se contrapor ao sistema, mas o senhor - tenha absoluta certeza, Senador Paulo Paim - tem admiração não só de seu povo, mas de seus pares aqui desta Casa. O senhor é um homem de grande conceito. E quero dizer ao senhor que eu aprendi - como disse o Senador Laércio - muito com o senhor. Uma das coisas boas de estar aqui no Senado foi defender projetos importantes para o Brasil, mas escutar o senhor. O senhor é merecedor de todas as nossas homenagens, e eu guardarei de forma preciosa o convívio que tive e que, se Deus quiser, continuarei tendo com V. Exa.

Meu caro Presidente, antes da minha fala...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Fernando, se me permitir, Fernando...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) - Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para apartear.) - É só uma frase que eu vou dizer.

Presidente Laércio, tive uma oportunidade em que eu estava aqui sofrendo muito, porque havia um projeto que tinha sido encaminhado à Mesa, aprovado em todas as Comissões - eu tinha perdido nas Comissões -, e tocava profundo naquilo que eu tenho de visão do movimento sindical. Daí eu fui falar com o Senador Fernando: "Senador, eu sei que, se botar em votação, nós vamos perder ou eu vou perder, no caso, pela minha concepção de movimento". Ele disse o seguinte para mim: "Paim, sabe que eu discordo do teu ponto de vista, mas, se é tão importante assim para ti, Paim, tu estás falando aqui *(Manifestação de emoção.)* com essa emoção que é natural em ti, e eu percebo que não tem como eu dizer não". E ele retirou o projeto de pauta: "Vou ser pressionado por alguns, mas não importa; eu vou retirar o projeto de pauta". Eu jamais esqueci esse gesto de V. Exa. V. Exa. olhou bem nos meus olhos - eu vi que foi um olhar fraternal *(Manifestação de emoção.)* de acolhimento. Ele percebeu que era tão importante para minha visão que aquele projeto não fosse aprovado da forma que estava e ele abriu janelas para avançarmos. Jamais, jamais vou esquecer! Eu direi sempre para todos os trabalhadores que aquele projeto só não foi aprovado por causa de V. Exa. E, a partir dali, nós pudemos caminhar para um entendimento, para um acordo, como é a visão de V. Exa.

Por isso, eu só posso dizer também: gratidão, gratidão, gratidão, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) - Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, antes da minha fala, uma coisa curta, mas necessária, e sei que o senhor e o Senador Paulo Paim se associam completamente a ela. Nós precisamos manifestar o nosso profundo pesar pelo falecimento da Sra. Enedina Costa Lima, de 97 anos, mãe de nosso amigo Senador Humberto Costa - o Sr. Presidente, que já me descreveu como perdeu a sua mãe, e eu também, que já vivi este momento de dor e de muita saudade. E, neste momento por que passa o Senador Humberto Costa de dor e saudade, nós precisamos expressar nossa solidariedade a ele, aos familiares, aos amigos, desejando que encontrem conforto e força para enfrentar essa perda tão significativa.

Senador Laércio, Senador Paim, a partida de uma mãe deixa uma ausência impossível de ser preenchida. São histórias, ensinamentos, valores e gestos de amor que permanecem para sempre na memória e no coração daqueles que tiveram o privilégio de compartilhar a sua vida. Que Deus, em sua infinita bondade, acolha D. Enedina e conceda à família serenidade e conforto, neste momento tão difícil. Ao amigo Senador Humberto Costa, meu abraço fraterno, meu respeito e minhas sinceras condolências.

Sr. Presidente, eu ocupo esta tribuna para falar de um assunto importante, muito importante, sobretudo para aqueles que padecem da doença terrível e estigmatizante que é o câncer. E ocupo esta tribuna para homenagear uma instituição que

faz parte da história, da identidade, da esperança do povo pernambucano: o Hospital de Câncer de Pernambuco, que, em 2026, neste ano, completa 81 anos de dedicação à vida, ao cuidado e à solidariedade. Fundado em 1945, o Hospital de Câncer de Pernambuco construiu, ao longo de mais de oito décadas, uma trajetória marcada pelo compromisso com a saúde pública e pelo acolhimento de milhares de pacientes e suas famílias.

Eu digo, Senador Laércio, que quem chega a um hospital de câncer, entre muitas coisas, chega com um mínimo de duas doenças - a do corpo e a da alma - e precisa de dois tipos de tratamento - o tratamento da medicina convencional e o acolhimento da alma sofredora de saber que tem uma doença tão estigmatizante. O Hospital de Câncer de Pernambuco faz isso.

E, ao celebrar os 81 anos desse hospital, portanto, precisamos reconhecer a história de dedicação e, ao mesmo tempo, olhar para o futuro, porque preservar uma instituição dessa importância exige não apenas respeito à sua tradição, mas capacidade de transformação, modernização e aperfeiçoamento permanente. É justamente esse processo de renovação que merece ser destacado.

O hospital foi rejuvenescido, e esse trabalho de rejuvenescimento é fundamental. Ele precisa estar sempre preparado para o seu tempo. E tem sobre ele hoje, neste rejuvenescimento, uma união muito grande de paramédicos, de médicos, de colaboradores, de pessoas que têm aquilo que é demasiadamente humano: amor ao seu semelhante.

Senhoras e senhores, a mobilização em favor do Hospital de Câncer de Pernambuco, que não tem sido pequena, está uma maravilha, Senador Laércio - em sua estada em Pernambuco, se Deus quiser, nós vamos fazer uma visita com o senhor, que deve ter passado tantas vezes, vindo de Olinda para Recife, pela frente do hospital.

Segundo os dados apresentados pela instituição, aproximadamente 80% dos Deputados Federais e todos os Senadores - os três Senadores - têm o compromisso de sempre estar colocando emendas, e essas emendas são preciosas para que se suporte a condição de atendimento do hospital, mas, quando a gente fala de certos números - 1 milhão de exames laboratoriais, 9 mil cirurgias, 74 procedimentos de quimioterapia por ano -, esses números ficam pequenos porque nós estamos cuidando mesmo é de gente, de acolhimento, de estar próximo. E aqui cabe o reconhecimento ao trabalho desses profissionais de saúde: dos gestores, dos colaboradores, dos voluntários, dos doadores e de todos aqueles que contribuem diariamente para que aquele hospital continue a sua missão.

O hospital nos ensina que a tradição e a inovação não são caminhos opostos; ao contrário, uma instituição que deseja continuar servindo à sociedade precisa preservar seus valores fundamentais e, ao mesmo tempo, renovar suas práticas, fazer aquilo que eu disse há pouco: modernizar sua estrutura e fortalecer sua capacidade de resposta às necessidades da população.

O hospital representa um patrimônio social importantíssimo. Nós tratamos de solidariedade. Portanto, meu caro Presidente, não é coincidência o senhor estar presidindo esta sessão e ouvindo as minhas palavras: que os próximos anos do Hospital de Câncer sejam marcados por mais avanços, mais capacidade de atendimento, mais inovação e, acima de tudo, mais vidas cuidadas, porque, quando fortalecemos o Hospital de Câncer, fortalecemos também a esperança de milhares de pernambucanos. E, quando a política une a solidariedade à responsabilidade e ao compromisso com as pessoas, ela cumpre uma de suas mais nobres finalidades: transformar recursos públicos e esforços coletivos em dignidade, cuidado e qualidade de vida.

Que o bom Deus, a quem agradeço, possa estar sempre olhando por esta Casa, para que seus membros mantenham a sensibilidade de homens como o senhor e o Senador Paim, que não ficam só presos em números, mas que têm a clareza de que o mais importante é o ser humano.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Muito obrigado, Senador Fernando Dueire. Salve Pernambuco.

O senhor é um dos quadros... um dos pernambucanos mais ilustres e mais queridos. Tem, da minha parte, um reconhecimento grande pela qualidade de homem que o senhor é, de homem público que o senhor é, com tantos serviços prestados ao nosso Estado de Pernambuco. Eu me sinto muito bem representado por V. Exa. Serei sempre seu eleitor apaixonado e levo no meu coração o sentimento de tanta gratidão e de tanto carinho por V. Exa.

Muito obrigado.

Concedo a palavra, neste momento, à nobre Senadora Zenaide Maia; logo em seguida, cumprimentando a Senadora Dra. Eudócia - a Dra. Zenaide Maia também, que são médicas -, eu concederei a palavra, com muita honra, a V. Exa.

Por favor, Senadora Dra. Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discursar.) - Sr. Presidente, colegas Senadores, todos que fazem os meios de comunicação - TV Senado, Rádio Senado - e principalmente povo brasileiro, eu quero começar aqui falando o que eu venho falando desde que entrei como Senadora aqui: os intocáveis deste país, os grandes bancos e os rentistas, que são os únicos interessados em manter o Brasil com a maior taxa de juros do mundo - 9,49%, ao ano, acima da inflação -, à frente até de países em guerra ou crise severa.

O brasileiro e a brasileira que estão lutando para colocar comida na mesa não querem saber de número frio de PIB, porque PIB não enche prato, não paga aluguel, não compra remédio na farmácia, mas o povo sente na pele o que esses juros fazem quando vai ao mercado, quando precisa de crédito ou quando vê faltar dinheiro para a saúde e para a escola.

O Banco Central divulgou, no fim de outubro, os dados de setembro. Nos últimos 12 meses, o poder público, somando União, estados e municípios, gastou R$1,205 trilhão só com juros de dívida. Um ano antes, eram R$984,8 bilhões. São R$220 bilhões a mais em 12 meses, quase 9% de tudo que o país produz no ano. Fazendo a conta por dia, passa de R$3 bilhões por dia, todo dia, inclusive sábado, domingo e feriado.

Agora vejam o que esse número esconde. Pensem, na conta de uma família, o que entrou, o que saiu e quanto ficou devendo no final do ano. O setor público fechou os últimos 12 meses devendo R$1,275 trilhão a mais - e a maioria do povo que está nos assistindo não tem ideia de tanto zero, quando é trilhão. Desse buraco, só R$70 bilhões vêm de gastar com saúde, com educação, com estradas e com salários, acima do que se arrecadou. O resto, R$1,205 trilhão, é juro, gente - mais de 94% da dívida nova é juro. E eu pergunto: quando se abre, nesta Casa, o debate sobre como equilibrar as contas públicas, qual desses dois números entra na conversa? Quase sempre, o primeiro - o corte é no investimento no SUS, na escola, no benefício, na aposentadoria -; o segundo, que é 17 vezes maior, quase ninguém menciona.

Já sei o que alguns vão responder, e têm a sua razão: "Dívida se paga, contrato se cumpre". Ninguém aqui está falando em calote, e eu, menos ainda, mas a responsabilidade com as contas públicas que olha só um lado da planilha é meia responsabilidade.

Vamos à origem desse custo. A Selic ficou em 15% ao ano por dez meses seguidos, de junho de 2025 a março de 2026 - o patamar mais alto em quase duas décadas. Caiu, em cinco etapas, até 13,75% e, no dia 4 deste mês, o Copom interrompeu os cortes e manteve a taxa.

Eu respeito a missão do Banco Central de combater a inflação, que castiga muito mais quem ganha pouco - quem faz a feira com o salário mínimo sabe disso melhor do que qualquer economista -, mas o próprio Copom projeta a inflação de 5,6% para este ano e aponta, entre as pressões, o dólar mais caro e o clima, com o El Niño.

Eu sou médica, gente, e a gente aprende cedo que todo remédio tem dose e tem tempo. Passou da dose, passou do tempo, o remédio deixa de tratar e começa a adoecer o paciente. Quando a pressão sobre os preços vem do clima e do dólar, quanto desse remédio, nessa dose e por tanto tempo, ainda está fazendo efeito?

E há uma coisa que a lei diz e pouca gente lembra: a lei da autonomia do Banco Central, de 2021, estabelece que, além de cuidar dos preços, o Banco Central deve suavizar as oscilações da atividade econômica e fomentar o pleno emprego. Isso não é opinião minha, é texto de lei, e o próprio Copom o reproduz nos seus comunicados. Autonomia é liberdade para decidir - não se dispensa de explicar -, e a Lei de Responsabilidade Fiscal já manda o Banco Central prestar contas ao Congresso a cada semestre, inclusive o custo fiscal das suas operações.

Por que isso pesa tanto no bolso do povo e nas contas do país? Porque boa parte da dívida pública é corrigida pela própria taxa Selic, e ainda tem a remuneração das sobras de caixa dos bancos, por meio das operações compromissadas e dos depósitos remunerados no Banco Central.

Gente, eu queria deixar claro aqui que essa remuneração de sobras de caixa de banco só existe no Brasil e em Málaga. Gente, quando os bancos já têm garantia da taxa Selic para deixar o dinheiro parado no Banco Central, sem risco nenhum, que interesse esses bancos têm de emprestar para quem produz? Enquanto isso, a dívida bruta chegou a R$11,1 trilhões - 82,9% do PIB -, e o próprio Banco Central aponta os juros como o principal motor desse crescimento em 2026; ou seja, a conta que se quer reduzir está engordando por causa do próprio remédio.

E o estrago não para no Governo. A dona da padaria desiste do empréstimo porque o juro come o lucro, o agricultor financia o plantio pagando uma taxa que engole a safra, a indústria adia a compra da máquina e o trabalhador e a trabalhadora fecham o mês no cartão de crédito. Crédito caro, investimento adiado, emprego que não nasce. Essa conta não aparece em trilhão; aparece na mesa vazia e no boleto atrasado.

Por isso, defendo desde 2019 a PEC 79, de minha autoria e de mais 36 colegas Senadores. Ela acrescenta um parágrafo ao art. 192 da Constituição, para impedir que bancos e financeiras cobrem mais de três vezes a taxa Selic em qualquer operação de cartão de crédito e outros. Com a Selic em 13,75%, o teto seria um pouco mais de 41% ao ano. E digo com

todas as letras: ainda é muito alto para os padrões de qualquer país no mundo, mas é um limite, Presidente, dizendo ao senhor o seguinte: se você compra um celular e se você paga o mínimo pelo cartão de crédito, você paga pelo menos mais quatro; o ladrão rouba um, mas o banco levou quatro.

Hoje, não existe limite algum. No cartão de crédito e no cheque especial, cobram-se juros que chegam a 420% ao ano. A gente vê isso. Isso não é custo de dinheiro; é margem abusiva arrancada do pai e da mãe de família que passam anos pagando uma dívida que nunca termina. Não é à toa que a maioria das famílias brasileiras estão endividadas.

E quero deixar claro aqui, Sr. Presidente, o que a PEC não faz: ela não mexe na política monetária, não tira atribuição do Banco Central nem interfere na taxa Selic; atua só no excesso cobrado, na ponta, do cidadão. Também não é novidade: a Constituição de 1988 já previu um teto de 12%, mas isso engessava a política monetária do Banco Central.

Mas essa discussão não pode parar no juro do balcão do banco, ela precisa enfrentar o custo da dívida do próprio país. E eu faço aqui, Sr. Presidente, um apelo: que o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o Tesouro Nacional, esta Casa e o próprio sistema financeiro se sentem à mesa para abrir essa conta com transparência. Quanto custa, quem recebe e que alternativas existem? Ninguém quer dar calote. Queremos olhar as contas às claras, porque existe um sistema financeiro, sem cara nem endereço, que dita o aperto de milhões de famílias brasileiras.

(Soa a campainha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) - Quando os juros ficam altos por tempo demais o Estado trava, a produção trava, e quem sufoca primeiro é o trabalhador. Cada real que vai para remunerar sobra de caixa de banco é R$1 que deixa de ir para o hospital, para o saneamento, para a escola.

O Brasil precisa, sim, de responsabilidade fiscal, mas precisa de responsabilidade com gente, com seres humanos, com a vida. Equilibrar as contas cortando de quem menos tem e poupando os intocáveis do juro é fazer essa conta pela metade.

E eu queria dizer aqui aos senhores que o cartão de crédito, Presidente, não é luxo. Hoje o cartão de crédito faz parte do orçamento das famílias para comprar medicamento, para comprar...

(Soa a campainha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) - Porque eu costumo dizer, como médica, que eu via muito, assim... Eu sempre trabalhei... Sou médica do hospital universitário, e muitas vezes não tinha leito de UTI no hospital público, e eu via a família se unir, somar para ver se podia pagar calção, e não podia. Isso me deixava, assim, triste, porque aquela senhora ou aquele senhor iria morrer de morte evitável.

Nós temos que ter esse olhar diferenciado. Nós viemos aqui para salvar vidas, cuidar do nosso povo. Não é possível que a gente continue aqui servindo a um sistema financeiro que não se senta à mesa, mas fica com 47% do orçamento da 10ª economia do mundo - e mais - e pode explorar as famílias brasileiras cobrando 420% de juros ao ano!

(Soa a campainha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) - E esta Casa pode, sim, cuidar do nosso povo evitando isso. Por quê? Não produz, não vende. E com essa história de aumentar juros para reduzir a inflação, nós vamos reduzir a inflação com recessão. Essa dosagem nunca funcionou. Recessão é você poder comprar menos, o comércio vende menos, a indústria vende menos. Essa conta não fecha.

Então, por favor, vamos ter um olhar diferenciado para a PEC 79, de 2019, que está assinada por 31 Senadores. A gente não quer mexer na política monetária do Banco Central, que é três vezes a taxa Selic, que já é a maior do mundo, por isso que há tanta desigualdade social neste país. Um por cento da população brasileira, vocês que estão me assistindo, tem quase 40%...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) - ... e o restante é deixado à deriva, faltando alimento, faltando recursos para o SUS.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Cumprimento a Senadora Dra. Zenaide Maia pelo seu pronunciamento e convido para fazer uso da tribuna a Senadora Dra. Eudócia.

Por gentileza, Senadora Eudócia. É um prazer muito grande conceder a palavra a V. Exa.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Para discursar.) - Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras aqui presentes e que também estão de forma remota, eu venho hoje a esta tribuna para tratar de um assunto extremamente grave e que exige respostas imediatas: o contrato firmado entre o Governo do Estado de Alagoas e a Caixa Econômica Federal no valor de mais de R$209 milhões, envolvendo a exploração de serviços financeiros de todo o Estado de Alagoas. Estamos falando de um contrato com vigência de cinco anos, que alcança mais de 77 mil pessoas, entre servidores ativos, aposentados, pensionistas, estagiários e prestadores de serviço.

Aqui eu faço uma pergunta: como uma operação dessa dimensão pode avançar sem que todas as condições, seus critérios de avaliação e seus fundamentos estejam devidamente esclarecidos?

Estou aqui, Sr. Presidente, denunciando a falta de regularidade, a falta de transparência e a falta de responsabilidade na condução de uma operação que envolve mais de R$209 milhões em recursos públicos.

O contrato foi celebrado por meio de contratação direta, e é justamente aí que começam as nossas preocupações. A contratação direta não significa contratação sem critérios, não significa ausência de justificativa, não significa liberdade para estabelecer valores, sem demonstrar sua compatibilidade com o mercado. A lei exige motivação, justificativa do preço, demonstração da vantagem da contratação e documentação que comprove o atendimento dos requisitos legais. Precisamos saber quais estudos foram realizados para chegar ao valor de R$209 milhões. Quais instituições foram utilizadas como parâmetro de comparação? Houve avaliação independente? Quais alternativas foram consideradas? Onde estão as memórias de cálculo que justificam essa operação? Essas respostas não são detalhes burocráticos, são requisitos fundamentais para proteger o patrimônio público.

Outro ponto que merece atenção é a amplitude do contrato. Não estamos falando apenas da administração da folha de pagamento dos servidores. O instrumento alcança serviços financeiros diversos, fundos vinculados à arrecadação, pagamentos e outras atividades que exigem análise individualizada de suas exclusividades e de seus fundamentos jurídicos. É preciso esclarecer, inclusive, se todas essas atividades poderiam ser concentradas em uma única instituição financeira e quais foram os impactos dessa decisão para o Estado de Alagoas e para as instituições. Também precisamos examinar a compatibilidade das atribuições previstas no contrato com as competências legais da Agência de Fomento de Alagoas, a Desenvolve.

Mas há uma questão que considero indispensável: trazer a esta discussão quem conduziu, quem autorizou e quem assumiu a responsabilidade pela formalização dessa operação dentro da Caixa Econômica Federal?

A estrutura responsável no âmbito da Caixa é a Vice-Presidência de Governo (Vigov), cuja responsabilidade é do Sr. José Marcos de Carvalho Araújo.

É necessário que a Caixa esclareça publicamente a participação dessa unidade e de seus responsáveis nas etapas de negociação, avaliação, aprovação e formalização do contrato, porque isso não está bem esclarecido.

O extrato publicado no *Diário Oficial* identifica o Sr. Ary José Rocha Sobrinho como representante da instituição financeira no ato contratual. Portanto, é fundamental que a Caixa apresente toda a cadeia de responsabilidades e as respectivas autorizações internas para que a sociedade, especialmente a população alagoana, saiba quem tomou cada decisão e com base em quais documentos. Não podemos admitir que, diante de uma operação de tamanha dimensão, as responsabilidades fiquem diluídas dentro da estrutura administrativa.

Quem avaliou? Mais uma vez eu pergunto. Quem aprovou? Quem autorizou? Quem assinou? E quem responde pelas decisões tomadas? São perguntas objetivas que precisam de respostas igualmente objetivas.

Diante da gravidade deste caso, encaminhei ofício à Presidência da Caixa Econômica Federal e à Superintendência Regional da instituição em Alagoas, solicitando revisão administrativa da operação, acesso à documentação que fundamentou a contratação e, principalmente, adoção de medidas cautelares para impedir o desembolso dos recursos enquanto as dúvidas não forem devidamente esclarecidas.

Também encaminhamos a preocupação aos órgãos de controle, inclusive ao Ministério Público Federal de Alagoas, para que a situação seja examinada dentro de suas atribuições.

Quero aqui deixar muito claro que a Caixa não deve efetuar esse pagamento neste momento, sem antes concluir análise técnica, jurídica e administrativa das questões levantadas, observados os fundamentos legais e contratuais para suspender o pagamento.

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Não estamos aqui pedindo que se descumpra um contrato de forma arbitrária. Estamos exigindo prudência, responsabilidade e respeito ao interesse público.

Sr. Presidente, o desembolso antecipado de mais de R$209 milhões, caso seja efetivado antes da conclusão dessa análise... E aqui coloco, mais uma vez, o nome do Vice-Presidente de Governo lá da Caixa, da Vigov, Sr. José Marcos de Carvalho Araújo, que ele possa reavaliar todos esses questionamentos que eu estou colocando aqui e que ele seja prudente, use de prudência antes de efetuar esse pagamento.

Aqui repito: o desembolso antecipado de mais de R$209 milhões, caso seja efetivado antes da conclusão dessa análise, poderá dificultar a adoção de providências futuras e a eventual recomposição de recursos, caso sejam identificadas irregularidades. E não podemos nos esquecer de que existe uma data próxima para a transição entre os contratos. O contrato anterior tem encerramento previsto para 6 de dezembro deste ano de 2026. Isso torna ainda mais urgente a necessidade de esclarecimentos.

Nosso compromisso é com Alagoas. O meu compromisso é com o meu querido Estado de Alagoas e com a proteção do dinheiro público. Não aceitaremos que um contrato dessa dimensão seja tratado como uma simples operação administrativa. Mais de R$209 milhões exigem transparência, exigem responsabilidade e exigem explicações.

Seguiremos acompanhando este caso, cobrando respostas da Caixa Econômica Federal e dos órgãos competentes e, se necessário, levaremos essa discussão ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União, aos demais órgãos de controle e às instâncias de fiscalização...

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - ... aqui no Senado Federal. Por que, Sr. Presidente? Por que, nobres colegas Senadores e Senadoras? Porque o dinheiro público não pertence a governos, não pertence a gestores e não pertence a instituições financeiras. O dinheiro público pertence à população, ao povo brasileiro e aqui, especificamente, à população alagoana. E é nosso dever fiscalizar, questionar e agir sempre que houver dúvidas sobre a sua correta aplicação.

Era isso que eu tinha para colocar.

Muito grata, Sr. Presidente, e meu grande abraço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Agradeço a manifestação da Senadora Dra. Eudócia.

Não havendo mais oradores presentes, a Presidência suspende a sessão deliberativa, que será reaberta para... *(Pausa.)*

Desculpem, eu vou conceder a palavra a quem está pelo sistema remoto - que voltou a funcionar -, ao nobre, querido Senador e amigo Esperidião Amin.

Por favor, Senador, é uma honra poder passar a palavra para V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência*.) - Presidente, o senhor não se perdoaria! Eu perdoaria, mas o senhor não se perdoaria se me negasse a palavra no Dia de Santa Catarina de Alexandria. Hoje nós estamos celebrando 500 anos da designação de Santa Catarina de Alexandria para a Ilha de Santa Catarina, que sedia Florianópolis - ainda que Florianópolis tenha uma parte continental -, e o Estado de Santa Catarina, que o tem como nosso amigo, conhecedor do nosso estado, dos seus amigos. Então, eu quero iniciar as minhas palavras resgatando este fato.

São 500 anos de designação da ilha onde ficava Nossa Senhora do Desterro de Ilha de Santa Catarina, designação feita pelo navegador Sebastião Caboto no dia 25 de novembro de 1526. Portanto, é um dia de festa para a nossa província, para o nosso estado. E eu faço questão de deixar aqui registrado que esta celebração é diferente das outras, porque, cada vez mais, nós conhecemos a figura de Catarina de Alexandria - a mulher, mais do que a santa -: uma mulher estudiosa, sábia, que debatia, e debatia com convicção, e jamais desistiu da sua fé, mesmo diante de ameaças e tentativas de encantamento.

Hoje, Senador Laércio, não apenas no Brasil, mas, por exemplo, na Universidade de Oxford, na Inglaterra, na Universidade de Cambridge, os seus *colleges* - ou seja, as suas instituições de ensino superior - têm o nome de Santa Catarina de Alexandria, numa homenagem, talvez, à primeira mulher do nosso mundo mais ocidental que nos orgulha pelo seu conhecimento, por ser a madrinha das bibliotecas, das navegações, das inovações; ou seja, é um exemplo de mulher, exatamente celebrado no Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Então, a nossa patrona, Santa Catarina, é também a defensora líder na luta contra a violência que afeta as mulheres do mundo inteiro. Então, eu tenho um motivo muito especial para cantar e decantar essa responsabilidade que nós temos, os catarinenses, de honrar esta bênção da nossa patrona, daquela que é a madrinha do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina de Alexandria.

Esse é o primeiro registro que eu faço com muita emoção e alegria, eu, que tive o privilégio de ser alfabetizado por uma mulher também muito especial, Leonor de Barros, irmã da nossa ícone Antonieta de Barros, a primeira mulher negra que teve um mandato parlamentar, e foi Deputada no Brasil.

Feito isso, Presidente, eu quero abordar aqui um segundo aspecto da nossa vida e do Brasil, mas este com muita preocupação. Eu quero deixar aqui consignado o meu pedido para que conste dos *Anais* da Casa a opinião, o editorial do jornal *Folha de S.Paulo*, na p. 2 do jornal, que na verdade é a 4, porque o jornal teve hoje uma capa comercial, que tem como título "Escandaloso Pacto da Impunidade Quer Moraes no Topo". "Após intrusão do diretor [...], relatório da PF não cita diálogos suspeitos nem contrato de R$131 milhões" com o escritório da família do Ministro do STF. Texto entrega a massa da pizza para livrá-lo de mera investigação. Este é o texto que eu quero que seja consignado na ata desta sessão, a meu pedido, para fazer uma advertência a todos nós e à Casa, e, se possível, o farei hoje perante o Presidente.

Aquela sessão do Supremo de 15 de setembro que envergonha a todos nós que respeitamos a instituição Supremo Tribunal Federal, e envergonha o nosso país por extensão, aquela sessão prossegue. Prossegue na intenção, na determinação do grupo que não aceita que sequer se investigue o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Os primeiros relatórios da Polícia Federal, que foram entregues ainda no começo deste mês, foram refugados e novos relatórios foram apresentados ao Supremo pela Polícia Federal depois de substituir os delegados que subscreveram os primeiros relatórios.

É muito fácil para a imprensa, especialmente para a imprensa que quer servir ao país e à verdade, comparar o que constava do primeiro relatório e o que consta do segundo relatório - a jornalista Malu Gaspar tem feito um grande trabalho nesse sentido. E eu quero dizer que deploro profundamente o olhar de paisagem com que o Congresso sabe, mas não discute esta aberração que está sendo engendrada.

Na semana passada, por iniciativa do Senador Alessandro Vieira, nós ouvimos na Comissão de Constituição e Justiça, o Diretor-Geral da Polícia Federal no dia mesmo em que ele ia entregar esses relatórios que agora começam a ser comparados com os primeiros.

Isso que está sendo feito em nome da Polícia Federal e patrocinado pelo Supremo Tribunal Federal para encaminhamento desses relatórios, e não dos primeiros, ao Procurador-Geral da República é realmente a indicação de que o desejo de colocar esse escândalo do Banco Master nas calendas da impunidade e da não apuração por inteiro dos desmandos ali praticados está em curso.

Então, essa advertência, Presidente, em nome da busca da verdade, eu quero deixar consignada junto com o dever que nós temos de procurar a verdade, de não envergonhar o povo brasileiro das suas instituições e cumprir com o nosso dever. Enquanto aqui estiver, eu cumprirei com a minha parte, mas o Senado não pode se omitir diante dessa trama que se desenha, debochando da sociedade brasileira e trazendo a desmoralização das nossas instituições, a começar pela nossa excelsa instituição do Supremo Tribunal Federal, que está sendo desmoralizada de dentro para fora.

Obrigado pela atenção e pela oportunidade de falar. Como eu disse, se puder, falarei quando a sessão estiver em curso, após a chegada do nosso Presidente para presidi-la. Muito obrigado a V. Exa.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ESPERIDIÃO AMIN.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

- Escandaloso pacto da impunidade quer Moraes no topo, editorial Folha de S.Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Cumprimento, com muito orgulho e com muita satisfação, o Senador Esperidião Amin, um dos grandes brasileiros, um homem que desfruta de um conhecimento extraordinário, e a gente aprende a cada dia e a cada manifestação de V. Exa. Muito obrigado por sua participação e, certamente, pelo tema que V. Exa. traz. Quando a gente começar a nossa sessão deliberativa, V. Exa. terá o espaço para trazer, mais uma vez, essa discussão com outros colegas que aqui estarão.

Não havendo mais oradores presentes, a Presidência suspende a sessão deliberativa, que será reaberta para apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 26 minutos e reaberta às 16 horas e 18 minutos, sob a Presidência do Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Está reaberta a sessão.

Encerrado o Período do Expediente, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Concedo a palavra, para fazer uso da tribuna pela lista de oradores inscritos, à Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Para discursar.) - Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, toda imprensa aqui presente, de forma especial me dirigindo à TV Senado, hoje é um dia extremamente significativo dentro dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e o Feminicídio.

Neste dia 25, nós fortalecemos essa rede de apoio e de enfrentamento àquilo que, inclusive, a OMS já considera como assunto de saúde pública.

No Brasil, o primeiro programa de combate à violência contra a mulher nasceu aqui no Parlamento, uma política pública com recursos, chamada Programa Antes que Aconteça. Nesse programa, a atuação do Senado Federal e da Câmara Federal foi e continua sendo indispensável para que essa política pública possa acontecer. E isso tem sido visto nas ações que estão sendo feitas e realizadas não só na Paraíba, nosso estado, que iniciou essas ações, como também pelo Brasil, através de várias e várias ações mesmo, porque não são campanhas.

Inicia-se na escola... Já temos 600 escolas dentro do Estado da Paraíba que estão trabalhando em nível transversal, já preparadas as equipes, tanto dos gestores como educadores e servidores das escolas, trabalhando - junto com os professores dentro de sala de aula - o tema violência contra a mulher, porque compreendemos que, assim como diz o programa, antes que aconteça, nós precisamos trabalhar a nossa sociedade para vivermos um outro tempo, um outro momento.

Não há como ignorar o fato de que as mulheres negras sofrem ainda mais esse tipo de violência e nós mulheres temos contado - e com isso fico muito feliz - com a participação dos homens nessa luta.

O Senado Federal hoje possui uma Sala Lilás, a primeira de um Senado no mundo, onde mulheres são ouvidas, são atendidas. E o que é uma Sala Lilás? É justamente essa sala que dá esse acolhimento quando, muitas vezes, não se tem em outro lugar. E todo mundo sabe que violência contra a mulher também ainda continua sendo um tema meio de... como uma privacidade. E a mulher necessita dessa privacidade, seja pelo risco de vida que corre, seja pela exposição que não se quer dar.

Hoje, na Paraíba, nós estamos entregando 20 unidades, 20 veículos, temos 24 delegacias de mulheres para o enfrentamento também, junto com o Governo do estado e o Ministério da Justiça, em que nós colocamos esse recurso aqui do Congresso Nacional, da Comissão Mista de Orçamento. Aqui agradeço também ao Relator do Orçamento para o próximo ano, o nosso querido Eduardo Braga, por ter acatado, e todos os presidentes de Comissões que têm acatado emendas para o Orçamento, priorizando realmente a violência contra a mulher, porque não adianta dizer que se prioriza se o Estado não coloca recurso para trabalhar, para defender, para proteger, para ensinar as mulheres a se proteger e também para educar os homens.

Então, dentro desse contexto, eu quero dizer que no sábado, nós teremos a primeira formatura do grupo de Defensoras Populares, que funciona, Senador Confúcio, mais ou menos como uma agente comunitária de saúde. Elas receberam, durante oito meses, uma bolsa de R$700, foram capacitadas para estar dentro da sua comunidade, falando, tratando do tema violência doméstica. E, quando elas passam por um edital, passam também, obviamente, por uma seleção, têm formação híbrida, elas também vão se vendo em situações de violência. São muitos testemunhos que são dados, e testemunhos que nos fortalecem para que a gente possa continuar trabalhando o tema.

Dentro desse contexto, também nós já entregamos *vans* para a Defensoria Pública, para que possam atender nos lugares mais longínquos, principalmente na zona rural, onde o acesso é muito mais difícil.

Nós entendemos que as Salas Lilás têm que sair das capitais, das maiores cidades e penetrar as cidades do Sertão paraibano, assim como cada região, em cada estado, existe a sua particularidade. E é assim que está acontecendo: são 52 comarcas e 52 Salas Lilás no Estado da Paraíba. Nós fizemos também uma parceria com a Kyra Gracie, campeã oito vezes de jiu-jitsu, junto com seu marido Malvino Salvador, que trabalham e que atuam também com defesa pessoal feminina. E abrimos três turmas em Campina Grande, que lotaram imediatamente, assim que foram abertas - a primeira é em João Pessoa, e estamos também expandindo para o interior -, e uma coordenação cultural, onde também há aulas de dança para as mulheres, para que a gente possa mexer e aumentar a baixa autoestima de muitas delas - aliás, que, na maioria, vivenciam ciclos de violência.

E o nosso grande desafio é juntar a sociedade civil para que possa compreender que esse assunto é um assunto de sociedade; não é um assunto que se deve... "Ah, vamos cobrar do Governo, vamos cobrar dos Senadores, dos Deputados Federais." Não! É um problema que nasce na célula familiar, nasce dentro da própria casa, dentro de construções de relações em que os sinais são dados durante o período do namoro, o período da relação, mas, quando a mulher não reconhece ou quando

ela se sente segura com aquele homem que dá amor e depois retira-se, e se, de repente, ela demonstra ou faz algo que não lhe agrada, aí inicia-se um ciclo de dependência emocional. Nesse sentido, é importante dizer que, hoje, o Programa Antes que Aconteça já é lei nacional e também, no nosso caso, lei estadual.

Quero aqui agradecer a todos os meus pares, meus colegas Senadores e Senadoras. Quero dizer que, nessa luta agora, nós criamos o Instituto Antes que Aconteça e patenteamos esse nome do Programa Antes que Aconteça para que a gente agora entre não só nas universidades, como a gente tem feito, mas também tenha atuação dentro do contexto de cada um, onde quer que viva, iniciando, inclusive, pelas relações dentro de grupos de WhatsApp, onde muitas vezes são estimuladas as violências contra as mulheres, pelas figurinhas, pelas mensagens que são trocadas. E, quando se fala daquela mulher, não está lembrando que a sua própria mulher - ou seja, sua filha, sua irmã - pode estar vivenciando, em outro grupo de WhatsApp, essa mesma violência.

Então, gente, dentro do dia de hoje, eu diria que nós avançamos, não tenho dúvida alguma. Nós tivemos avanços, sim, significativos: Câmara Federal também, com as Salas Lilás, e imaginar que 30 mil pessoas passam por mês no Senado Federal, entre servidores, entre visitantes, e que muitas vezes você tem essa oportunidade de a mulher estar lá. Nós temos este compromisso: é um compromisso de missão de vida, a qual abracei, de que faço parte e tenho muito orgulho de ter tido e ter o apoio que temos aqui dentro do Senado Federal. Tenho a tranquilidade de saber que passamos pela Comissão Mista de Orçamento e que estamos deixando perene aquilo que é compromisso para o país, e os nossos Parlamentares estão fazendo a sua parte.

Então, eu quero deixar aqui a minha gratidão também ao ex-Ministro - inicia-se com ele, iniciou-se com ele - Lewandowski, quando levamos o recurso para o Ministério da Justiça, para que fosse executado através do Ministério da Justiça. E, essas entregas, eu diria que são entregas que movimentam e que mudam a vida das mulheres, de famílias, de crianças que poderiam repetir o ciclo dentro das escolas ou mesmo podem ter a sua cognição, ter o seu desenvolvimento completamente comprometido diante da violência. Então é por isso que eu quero mais uma vez chamar atenção para esse dia, dia de ativismo para a eliminação de toda forma de violência contra a mulher e contra o feminicídio. Então, Sr. Presidente, eram essas minhas palavras, quero agradecer a V. Exa. de forma muito especial pelo apoio como Primeira-Secretária para que a gente pudesse ter a primeira Sala Lilás do mundo em um Parlamento. A gente às vezes esquece, a gente às vezes gosta de reclamar do que não tem, mas quando a gente tem e a gente é pioneiro, a gente precisa falar. Vocês precisam falar e contar isso para que outros países possam repetir e possam imitar o que é bom, porque esse problema não é só do Brasil, é um problema mundial, tanto é assim que a ONU apontou...

(Soa a campainha.)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) - ... quantas mulheres morreram vítimas de feminicídio, ou seja, crimes evitáveis. Então é evitar, cuidar, proteger antes que aconteça.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Cumprimento a Senadora Daniella Ribeiro.

Consulto o Senador Izalci Lucas, que solicitou a palavra pela ordem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) - Presidente, primeiro, eu quero aqui agradecer ao Senador Hamilton Mourão, que relatou, hoje, a PEC lá na Comissão de Constituição e Justiça, e a aprovamos por unanimidade; agradecer à Líder do Governo, Teresa Leitão, que realmente contribuiu muito com esse acordo e o cumpriu rigorosamente - eu sempre elogiei aqui o Senador Jaques Wagner como Líder, porque ele sempre cumpriu todos os acordos, e a Senadora Teresa Leitão não será diferente, tenho certeza de que todos os acordos aqui, ela irá cumprir, e agradeço de coração tudo isso -; e aos demais Senadores.

Eu fiz também, Presidente, um requerimento de calendário especial com 80 assinaturas, ou seja, praticamente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Por que não pegaram a minha assinatura e me deixaram de fora desse plano?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Iria ficar 81, não é? Mas eu peço a V. Exa. para a gente votar hoje o requerimento, dá tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Mas me deixaram de fora, então não vão votar. *(Risos.)*

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Eu peço a V. Exa. para a gente votar o requerimento, para a gente votar a PEC na terça-feira, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Izalci, a Senadora...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Já vou responder a V. Exa...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) - Izalci, se não incluir S. Exa. na assinatura, eu peço a minha retirada - se ele não incluir V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Olha, vai começar a diminuir!

Senador Izalci, a nossa Líder Senadora Teresa Leitão acabou de chegar aqui comentando justamente a manifestação que V. Exa. fez em relação à construção do acordo desta matéria que já está há algum tempo na Comissão de Constituição e Justiça. E para fazer justiça, é muito bom que V. Exa. não me pediu segredo, e é bom que eu faça essa manifestação na condição de Presidente do Senado Federal, que V. Exa. há algum tempo está cobrando da Presidência, para que a Presidência cobre da CCJ a deliberação desta PEC. Então é só para a gente estabelecer que V. Exa. vem cobrando há algum tempo para que nós pudéssemos deliberar esta proposta de emenda constitucional que corrige uma distorção em relação ao Distrito Federal, ainda do passado.

A Senadora Teresa Leitão, que está aqui do nosso lado, a nossa Líder do Governo... V. Exa. falou um pouco do acordo que foi construído. Eu participei da construção deste acordo em relação a este assunto, na semana passada, quando estávamos no Plenário construindo a votação do PLP 299, que hoje virou lei, e a Senadora Teresa Leitão, antes de V. Exa. pedir a palavra para solicitar a votação do requerimento, pediu-a antes de V. Exa. Eu não sabia que ela estava mais interessada nessa PEC do que V. Exa.

Então, é só para dizer que ela apoia integralmente o acordo construído, como Líder do Governo, foi votado na CCJ, o Presidente Mourão foi o Relator, e nós vamos submeter à votação o requerimento do calendário especial e, no compromisso que foi assumido na Comissão, vamos colocar a PEC na pauta da próxima semana.

Era esse o acordo?

(Interrupção do som.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) - Isso, Presidente.

Só quero aproveitar para *(Fora do microfone.)* agradecer também ao Senador Rogério Carvalho, que estava viajando e abriu a possibilidade de a gente relatar *ad hoc*, que foi o que o Senador Mourão fez. Então, agradeço-lhe e agradeço a V. Exa. também, que, desde o primeiro momento, apoiou e se dispôs a botar a PEC na pauta apenas votando na CCJ. Então, obrigado a todos os Parlamentares, a todos Senadores e Senadoras que contribuíram com as assinaturas. Eu acho que é recorde as 80 assinaturas de pedido de calendário especial.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Se a gente soubesse que seria necessário o Relator viajar para a gente votar *ad hoc* o relatório na CCJ, a gente o tinha colocado antes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Eu estou doido para ver, terça-feira, o painel todo "sim".

Agora, V. Exa. vai me ajudar ainda, Presidente, para vermos se aprova na Câmara neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Vou falar com o Presidente Hugo Motta, já fiz o compromisso com V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Governador Confúcio, só votar o requerimento, que é para cumprir o acordo, e vou colocar na pauta da terça-feira.

Item extrapauta.

Requerimento nº 812, de 2026, dos Líderes partidários, que solicita calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2025.

Submeto à votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação de Plenário.

Esta matéria estará pautada para a próxima terça-feira, Senador Izalci, no Plenário do Senado Federal, já com a aprovação notadamente do calendário especial, proposto por V. Exa. e pelos Líderes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Confúcio, meu querido Governador, V. Exa. está preparado já para fazer a leitura?

Item 1.

Projeto de Lei 351, de 2019, de autoria do Deputado Federal Alexandre Padilha, atual Ministro da Saúde do Brasil, que institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS).

Foram apresentados os Requerimentos 801 e 811, de 2026, dos Líderes, que solicitam a urgência para a apreciação da matéria.

Em votação os requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação do Senador Confúcio Moura para que ele possa imediatamente proferir o seu parecer em Plenário.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para proferir parecer.) - Perfeito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero começar manifestando minha solidariedade à população de Tupanciretã, no Rio Grande do Sul, atingida por uma violenta tempestade de granizo e uma supercélula que praticamente destruiu a cidade. Milhares de imóveis foram danificados, inclusive um hospital da própria cidade, justamente quando a população mais precisava de atendimento. Aos feridos, desejo uma pronta recuperação; e às famílias atingidas, a minha solidariedade e o meu respeito, neste momento tão difícil.

Para auxiliar o município, a Força Nacional do SUS mobilizou 13 profissionais e duas equipes médicas volantes, reforçando o atendimento e apoiando a reorganização dos serviços de saúde naquela cidade. É justamente dessa capacidade de cuidar das pessoas que trata o projeto que tenho a responsabilidade de relatar neste momento.

A Força Nacional do SUS nasceu em 2011 - em 2011 -, após a tragédia da Região Serrana do Rio de Janeiro. Naquele momento ficou evidente que muitos municípios não tinham condições de enfrentar sozinhos uma calamidade de grandes proporções. Desde então, esteve presente na tragédia da Boate Kiss, em Mariana, em Brumadinho, na pandemia da covid-19, na emergência humanitária do povo ianomâmi e nas enchentes do Rio Grande do Sul.

Segundo o balanço do Ministério da Saúde divulgado em 17 de novembro deste ano, em 15 anos foram realizadas mais de 170 missões da Força Nacional do SUS, com aproximadamente 80 mil atendimentos diretos, cerca de 3 mil voluntários mobilizados e mais de 10 milhões de pessoas beneficiadas indiretamente. Por trás desses números, existem pessoas, famílias e histórias de vida.

O Brasil enfrenta enchentes, secas severas, queimadas, ondas de calor e tempestades capazes de comprometer em poucas horas a estrutura de uma cidade inteira. Na Amazônia conhecemos bem essa realidade. Quando os rios secam, comunidades inteiras ficam isoladas; quando chegam as grandes cheias, famílias precisam deixar suas casas; e as queimadas agravam os problemas respiratórios.

Como médico, eu sei que muitas vezes a diferença entre a vida e a morte está na capacidade com que o atendimento chega. Por isso, destaco a regionalização da Força Nacional do SUS. São cinco bases em funcionamento, com previsão de chegar a nove. Uma delas está em Porto Velho, no meu Estado de Rondônia, aproximando a assistência das comunidades indígenas, ribeirinhas e população de difícil acesso.

A distância geográfica não pode se transformar em distância do direito à saúde. O Projeto de Lei 351, de 2019, de autoria do Ministro Padilha, quando era Deputado Federal, busca consolidar essa experiência como política de Estado, conferindo segurança jurídica e continuidade a um programa que já funciona. Não estamos criando uma estrutura do zero; estamos dando respaldo legal a uma iniciativa que tem experiências e resultados concretos.

Quero reconhecer também o trabalho dos profissionais de saúde que deixam suas casas e suas famílias para prestar assistência em situações adversas. São brasileiros cuidando de brasileiros.

Na condição de Relator da matéria, quero destacar alguns aspectos. Ela atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não cria cargos, não institui estrutura administrativa autônoma, nem estabelece despesas automáticas. A adesão dos estados e municípios é voluntária, e as ações permanecem submetidas à legislação orçamentária.

Apresentamos uma emenda exclusivamente de redação, substituindo no art. 2º a palavra "repressão" pela palavra "resposta", mais adequada à natureza assistencial da Força Nacional do SUS.

Nosso voto é pela aprovação do Projeto 351, de 2019, com a emenda de redação apresentada.

Sr. Presidente, não sabemos onde será a próxima calamidade, mas sabemos que precisamos estar preparados. Não podemos impedir todas as tragédias, mas podemos evitar que a falta de preparo custe mais vidas. Que nenhum brasileiro se sinta abandonado quando mais precisar de ajuda!

É este o meu relatório, Sr. Presidente, pela aprovação.

Lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Obrigado, Governador Confúcio.

O parecer é favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, de redação, apresentada pelo Relator em Plenário.

Completada a instrução, passamos imediatamente à discussão da matéria.

Concedo a palavra à nossa querida Senadora Teresa Leitão, que está inscrita para discutir a matéria.

Com a palavra V. Exa.

(Soa a campainha.)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) - Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Relator, querido Senador Confúcio, eu ia, inclusive, falar sobre esse tema no expediente de pronunciamentos, mas me atrasei. Não queria deixar, Presidente, de fazer um registro sobre a importância desse projeto que V. Exa. tão bem relatou, primeiro porque ele trata de um dos maiores patrimônios do Brasil, invejado e copiado - tentativas, porque ainda não conseguiram fazer igual -, que é o nosso Sistema Único de Saúde. O fortalecimento do SUS no Governo Lula 3 teve um papel estratégico muito importante, e o papel estratégico da Força Nacional do SUS se revelou no projeto e também com realce no parecer de V. Exa. São vidas acolhidas e comunidades assistidas, sobretudo em momentos de extrema vulnerabilidade.

O Brasil é um país grande, é um país diverso, é um país com muito potencial, mas também é um país com muitos desafios. E a gente não pode pensar o SUS apenas para um estágio ou momentos de uma presumível naturalidade. A gente sabe que há - como já houve e ninguém está livre de acontecer de novo - medidas que precisam ser tomadas em momentos de extrema vulnerabilidade, que é quando a população assistida pelo SUS mais precisa do próprio SUS.

Falar em SUS, um dos maiores patrimônios da democracia brasileira, é reforçar um direito conquistado com muita luta que não pode ser privilégio de quem pode pagar. É falar da reforma sanitária... Aqui nós temos, inclusive, muitos médicos, como a nossa querida Senadora Dra. Zenaide e o nosso querido Senador Humberto Costa, que foram sanitaristas. Eu digo, inclusive, dentro do meu partido, que tem o PT, Senador, e tem o "partido dos sanitaristas", que foram esses médicos que pensaram aquela época, que ousaram e que construíram a reforma sanitária ainda nos idos de 1986, na Conferência Nacional de Saúde, na Constituição de 1988 e nas várias leis da década de 90, regulamentando o funcionamento desse sistema, a organização dos serviços, os repasses financeiros e a participação da comunidade nos conselhos e conferências da saúde.

Repito aqui o que o Presidente Lula afirmou no debate do recente ajuste fiscal, quando foi dito que ia sair dinheiro da saúde, naquele debate de ideias, na polêmica de narrativas: "Não sairá. No que é direito, no meu Governo, não se mexerá". E o SUS, Senador Confúcio, é um emblema muito forte. Então, criar, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Força Nacional do SUS, para nós, é mais um acréscimo. Nós temos o Agora Tem Especialistas, que tem chegado na ponta, têm chegado na ponta dos municípios aqueles ônibus, as carretas que chegam, em várias especialidades, para melhorar os procedimentos especializados; a Farmácia Popular, que voltou e passou a oferecer gratuitamente todos os medicamentos e insumos; nós temos o Programa Nacional de Imunizações, que voltou a ser valorizado... Tomem vacina da covid. Eu tomei o meu reforço sexta-feira passada, aproveitei o feriado para ir tomar, que os postos ficaram abertos, a minha vacina da covid.

E nesta manhã nosso país acordou com uma notícia muito importante que eu quero agregar ao seu pronunciamento, ao seu relatório: o Brasil acaba de firmar parceria, Senadora Zenaide, com a Universidade de Oxford para desenvolver uma vacina terapêutica contra o câncer. O Ministro estava lá, inclusive, com alguns membros do Ministério da Saúde, chegou

esta madrugada. A expectativa é iniciar, no primeiro semestre do próximo ano, um estudo clínico para avaliar a tecnologia em pacientes brasileiros, uma demonstração da capacidade de articulação do Ministério da Saúde e de como esperança e ciência caminham juntas. A ciência é a comprovação do que pode ser feito, mas ela é movida pela esperança, pela ousadia, pelo destemor da pesquisa. Esse convênio e essa parceria certamente colocarão a saúde e o cuidado no Brasil em um patamar realmente de muita visão estratégica e de muito cuidado com a vida das pessoas.

Quero dedicar, finalmente, atenção especial a uma iniciativa que expressa a dimensão nacional e a capacidade de mobilização do nosso sistema público de saúde, que nós certamente vamos aprovar, a partir do relatório do nosso Senador Confúcio, e de matéria nascida ainda quando o atual Ministro da Saúde era o Deputado Federal Alexandre Padilha.

A Força Nacional do SUS, criada em 2011 -, já participou de mais de 170 missões, realizou aproximadamente 80 mil atendimentos diretos e beneficiou indiretamente mais de 10 milhões de pessoas em todo o Brasil, mobilizando cerca de 3 mil voluntários. Certamente, o que estamos aprovando aqui - que já teve uma capacidade importante no Governo Lula, que vem trabalhando para ampliar, para modernizar, desde 2023, o atendimento à saúde - é mais um passo significativo nesta direção.

A regionalização da Força Nacional é um avanço fundamental. Além da sede em Brasília, o Ministério da Saúde implantou bases regionais com unidades em funcionamento em Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro, Manaus e Porto Velho, com o objetivo de reduzir o tempo de resposta e assegurar que as equipes possam alcançar qualquer localidade brasileira em até 12 horas.

Parabéns, portanto, ao Ministério da Saúde! Parabéns ao Governo do Presidente Lula, ao Ministro Alexandre Padilha e ao nosso Relator, porque, com tudo o que foi colocado, certamente lograremos êxito na aprovação deste projeto!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua em discussão a matéria.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, Dra. Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) - Senadores e Senadoras, que bom que a gente está voltando aqui a falar sobre o SUS, essa pérola do Brasil e que é exemplo para o mundo.

Essa institucionalização da Força Nacional do SUS é importante - eu quero parabenizar aqui o Confúcio -, mas, colegas, eu queria pedir algo: vamos institucionalizar, mas vamos colocar o SUS, a saúde pública de verdade, no orçamento deste país. Então, é uma tarefa árdua que a gente tem que fazer, Confúcio. A gente sabe que quem tem uma pérola, como o Sistema Único de Saúde, que está presente em todos os rincões, tem uma força nacional, é importante. Não podemos esquecer que nossa pérola, que é o Sistema Único de Saúde (SUS), precisa ser colocada de verdade no orçamento deste país.

A gente sabe que tem a Tabela SUS, em que uma consulta é R$10 de um especialista, em que um preventivo é R$2,64. É bom criar isto aqui, porque mostra para o Brasil que estas Casas estão preocupadas com a vida do nosso povo, que médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem precisam de condições de trabalho. E isso aqui é uma lei, Teresa, mas nós precisamos colocar, sim, o SUS dentro do orçamento deste país.

É por isso que eu quero parabenizar aqui por esta criação. Não deixa de a gente dar visibilidade ao país, porque a gente está se preocupando, porque, quando a gente diz que a Força Nacional vai chegar aos eventos extremos de saúde, a gente está dizendo para o povo brasileiro que não vai ficar só o município responsável por isso, e que vamos lutar para colocar o SUS devidamente no orçamento deste nosso país.

Sou a favor e quero parabenizar. Foi Padilha o autor e nosso Relator, Confúcio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Randolfe Rodrigues...

Consulto as Senadoras e os Senadores...

O Senador Esperidião Amin estava inscrito? Ele estava ali no Plenário? *(Pausa.)*

Consulto os Senadores e as Senadoras se desejam discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo Senador inscrito para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer...

Perdão, votação do projeto e da emenda, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto com a Emenda nº 1, de redação.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria segue à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Senadores e Senadoras, me permitam fazer um informe ao Plenário.

O item 2 da pauta, que tem como Relator S. Exa. o nosso Segundo Vice-Presidente do Senado Federal, o Senador Humberto Costa... Em tempo, eu gostaria de me solidarizar com a família, em nome do Senado Federal, pela perda da sua querida mãe, D. Enedina Costa Lima, mãe do Senador Humberto Costa, e logicamente nós não poderemos decidir e deliberar este projeto no dia de hoje pela ausência do Relator. Também, na mesma maneira, em nome do Senado Federal, desejamos força a toda a família. Que Deus possa confortar os corações não só do Senador Humberto Costa, mas de todos os seus entes queridos!

Está retirado de pauta o projeto do item 2.

Há o requerimento de item extrapauta...

Só um minuto. *(Pausa.)*

Vamos votar o item 3, que está na pauta de deliberação, e eu vou submeter...

Concedo a palavra ao Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) - Sr. Presidente, entrou agora um requerimento de urgência - agora não, há pouco, já está público - que requer a votação de um projeto de lei de 2016 que passou na Câmara dos Deputados e que altera a questão da quarentena, preocupação de cargos públicos nas estatais, nas empresas públicas, para 30 dias. Essa matéria, Sr. Presidente, é uma matéria extremamente delicada.

Todos nós temos conhecimento do que ocorreu no início deste Governo, quando, por uma decisão monocrática do então Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Ricardo Lewandowski, foi permitida a excepcionalização dessa quarentena e nós tivemos uma ocupação indiscriminada de cargos em diversas estatais, empresas públicas, e o próprio Supremo Tribunal Federal definiu, quase um ano depois, a constitucionalidade do óbice colocado na lei anterior que impedia esse liberou geral nas empresas públicas. E me parece que é um assunto muito grave para ser colocado com o Plenário esvaziado.

Nós estamos terminando quatro anos da administração com quase R$40 bilhões de déficit nas empresas públicas. Nós temos o caso dos Correios, que é emblemático. Não vou discorrer muito a respeito, mas o fato é que nós temos aí mais de 25 bilhões de déficit nos Correios. Então, eu peço a V. Exa. e a quem apresentou o relatório, que foi a Senadora Daniella, que nós tenhamos um pouco de cautela em pedir urgência num projeto, no final do período legislativo, que sequer passou nas Comissões temáticas. É um assunto muito grave, com repercussões extremamente relevantes em toda a máquina da administração pública. A gente está falando de profissionalizar ou não a gestão. Então, eu peço apenas a V. Exa. que reflita um pouco sobre esse tema, consulte a Senadora Daniella e, se for o caso de votarmos, votemos numa terça-feira em que tenhamos aqui o Plenário com mais Srs. Senadores presentes, para que a gente possa fazer uma discussão mais qualificada. É um apelo que faço a V. Exa. e peço que V. Exa. consulte a Senadora Daniella.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Permita-me, Senador Rogerio Marinho, V. Exa., de fato, fala de uma questão que é verdade, foi protocolado um requerimento para que a gente pudesse deliberar esta matéria, este projeto, como item extrapauta, assim como nós fazemos e fizemos hoje, aqui, já em outros projetos. Há uma solicitação de alguns colegas nossos, Senadores e Senadoras, para que nós possamos deliberar esse

assunto, mas concordo com V. Exa. com a ponderação no sentido de que a gente possa estabelecer uma data para deliberação da matéria.

Então, eu queria pedir a compreensão da Senadora Daniella Ribeiro para nós informarmos, assim como do Senador Nelsinho Trad e da Senadora Eliziane Gama, que também recolheram as assinaturas dos Líderes para a apresentação do requerimento, porque o requerimento não chega à mesa da iniciativa do Presidente, ele chega à mesa da iniciativa dos nossos colegas Senadores e Senadoras, que têm todo o direito de solicitar, como assim fazem a todo instante. Mas V. Exa. tem razão, do ponto de vista também da preocupação de V. Exa. de deixar para os nossos colegas Senadores uma avaliação sobre o relatório apresentado. Então, eu quero pedir a compreensão de V. Exa. apenas para que a gente possa hoje votar o requerimento, e aí eu faço um compromisso com V. Exa. de trazer na próxima sessão, na terça-feira, para que os Senadores possam ter conhecimento do relatório.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) - Eu pediria a V. Exa. então que cumpríssemos o Regimento. Se nós votarmos hoje o requerimento, são quatro sessões ordinárias após a votação. Peço que pergunte ao Secretário da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Pode ser na quarta então?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) - Não, são quatros sessões, a se cumprir o Regimento. O Regimento fala aqui na quarta sessão deliberativa ordinária que se seguir à concessão da urgência, na hipótese do art. 336, III. Seria não na próxima semana, mas na semana subsequente, se cumpríssemos o Regimento. Está aqui o art. 345, inciso III.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - É a mesma questão levantada, respondida pela Presidência, em relação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação.

Primeiro, quero dizer que não há mudança nas estatais. Se V. Exa. leu o que está posto, não existe mudança na questão da Lei das Estatais do jeito que foi feito. E, sim, concordamos todos que havia de ter um freio e uma orientação. Como V. Exa. não viu o parecer, V. Exa. está falando de estatais. Não existe mudança em estatais; continuam, permanecem da mesma forma.

O que também eu preciso dizer aqui para ponderar, Sr. Presidente, é que nós estamos um pouco cansados da tal da rede social, daquela coisa daquele trabalho que se faz para desconstruir ou para criar aquilo que não existe, tanto é que essa fala já é bem perigosa, Senador Rogerio Marinho, porque não existe mudança na Lei das Estatais. V. Exa. faz uma afirmação que não é verdadeira. Portanto, eu peço ao Presidente...

E eu faço uma ponderação, Sr. Presidente, de que, sim, nós temos quórum aqui, temos Senadores aqui presentes, temos Senadores que estão assistindo *online*. Por que a gente vai passar uma semana para que o Senador Rogerio Marinho, que é candidato contra V. Exa., fique passando, todo mundo sabe disso, uma semana em rede social tentando rechaçar, colocar sobre V. Exa. uma responsabilidade que não é sua, muito menos o tema que está sendo posto? Então, para fazer campanha em cima disso, eu gostaria de pedir aos colegas - está posto para todo mundo - e pedir a V. Exa. que aja de uma forma que é mais sábia, que não é...

Primeiro, é porque foi muito feio o que foi dito aqui, não se tem mudança alguma na Lei das Estatais. Não tem! É este tipo de atitude que é lamentável: é a ironia, é a chacota. Fica até feio para V. Exa., pois acho que nem tem mais idade para isso.

Eu diria que... Sr. Presidente, em cima do que a gente está assistindo, eu gostaria de pedir e manter, assim como os signatários do requerimento de urgência e do projeto, para que a gente pudesse deliberar... Quem quiser votar contra vote; quem quiser votar a favor vote a favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) - O projeto - está aqui o *caput* do projeto - trata da alteração da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, que é justamente a Lei das Estatais.

A alteração a que eu me refiro e com que me preocupei - esta é a Lei das Estatais - é a do art. 17, §6º do art. 17, em que se fala especificamente para não incidir, na vedação prevista no inciso II do §2º deste artigo, na pessoa que tenha atuado em estrutura decisória de partido político em trabalho vinculado à campanha eleitoral, que deve comprovar o seu desligamento da atividade incompatível com antecedência mínima de 30 dias em relação à posse de administrador da empresa. Então, nós estamos mudando aqui o período de quarentena, que era de três anos para 30 dias.

E tem mais um adendo aqui, a cereja do bolo: estamos aumentando o percentual para a publicidade da empresa pública, das estatais e paraestatais de 0,5% para 12%.

Eu não estou aqui discutindo o mérito. Eu estou discutindo aqui a pertinência.

A lei é a Lei das Estatais.

Eu só peço a V. Exa. que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) - ... se for o caso, a gente cumpra só o Regimento. Eu não vou entrar aqui no mérito, que a gente vai debater oportunamente. Eu peço a V. Exa. que coloque em votação... Tudo bem, não tem problema, V. Exa. tem o direito de colocar em votação, a Senadora tem o direito de requerer. Eu só peço que, caso seja aprovado, que nós possamos cumprir o Regimento com as quatro sessões. Aí a gente faz a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Rogerio Marinho, há a solicitação da Senadora Daniella de que a gente possa deliberar, votar o requerimento e deliberar a matéria, assim como fazemos em outros projetos de lei. Eu queria pedir a V. Exa., porque V. Exa. levanta a questão regimental em relação às quatro sessões, que foi o que a Mesa respondeu em relação ao questionamento do Senador Portinho e do Senador Magno Malta na votação do PLP 299. Vai remanescer a mesma discussão, em relação ao Regimento Interno, do que a gente já faz constantemente aqui, rotineiramente, em relação a votarmos o requerimento e votarmos a lei.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Carlos Fávaro...

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - ... e, em seguida, vou pedir aos nossos Senadores e consultores que estão com o relatório apresentado que possam dar conhecimento ao Senador Rogerio Marinho, porque as alterações não são as alterações que V. Exa. mencionou no microfone. Eu queria pedir ao Relator *ad hoc* e à Relatora que possam fazer um esclarecimento ao Senador Rogerio Marinho.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu venho novamente a este microfone, porque quotidianamente agora estamos perdendo a soberania do Plenário desta Casa. Já é de conhecimento... E a oposição, quando tem interesse, Senadora Daniella Ribeiro, no tema, não olha para esse dito Regimento, que a gente tem que seguir com todo cuidado, mas é respeitar também o posicionamento do nosso Presidente e principalmente dos membros desta Casa, que votam o regime de urgência. Se for rejeitado em Plenário, não tem regime de urgência. Se for aprovado em Plenário, que se consignem os votos contrários, mas que a matéria ande, que tramite. Foi assim em dezembro do ano passado, como já disse: quando se quis votar a dosimetria, ninguém exigiu as quatro sessões, Presidente Davi. Então, eu acho que respeitar a vontade da maioria desta Casa faz parte da democracia, e eu peço atenção aos colegas Senadores por isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu vou votar o item 3, enquanto os Senadores estão conversando ali, pois não tem nenhum tipo de polêmica.

Projeto de Lei nº 1.257, de 2021, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que altera o Estatuto da Pessoa Idosa para assegurar o acesso a tecnologias direcionadas à preservação da saúde mental e cognitiva da pessoa idosa.

Parecer nº 55, de 2026, da Comissão de Assuntos Sociais, a Relatora foi a Senadora Dra. Eudócia, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, de redação, que apresenta; e Parecer nº 138, de 2026, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Relatora foi a Senadora Roberta Acioly, favorável ao projeto e à Emenda nº 1, de redação.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

A Senadora Roberta Acioly se encontra? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e da emenda, em turno único, nos termos dos pareceres.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto, com a Emenda nº 1, de redação.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção presidencial.

E será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Vou submeter à votação o requerimento, Senadora Daniella e Senador Rogerio Marinho.

V. Exa. conseguiu... Com a conversa com o Senador Nelsinho, V. Exa. conseguiu compreender?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu recebi, agora, da assessoria, o que não estava publicado, um texto substitutivo ao projeto que havia sido apresentado à Mesa. Então, eu digo a V. Exa. que eu não sou adivinho, não sou mágico; eu tenho que me debruçar sobre o que existe de forma factual.

O que estava publicizado, Senadora Daniella, na Mesa era a votação de um requerimento para dar urgência a um projeto que veio da Câmara dos Deputados, que trata da Lei das Estatais. De repente, depois da minha discussão, aparece um substitutivo, que será apresentado ainda pela Relatora que será escolhida ainda por V. Exa. - imagino que possa ser a Senadora Daniella ou a Senadora Eliziane. Então, eu não estou aqui para fazer adivinhação; eu tenho que me ater aos dados.

Eu continuo mantendo a minha postura. Eu acho que, se a gente não puder cumprir o Regimento... V. Exa. já tomou uma decisão anteriormente e pode usar o mesmo precedente e colocar a votação do substitutivo para hoje e a votação na data que aprouver a V. Exa.

O substitutivo que foi apresentado trata aqui de agências reguladoras. Então, eu gostaria até de entender melhor do que se trata isso aqui, mas, de qualquer forma, precisaria de um pouco mais de tempo para entender.

V. Exa. toma a decisão de votar o substitutivo, nós iremos votar, e depois, há o prazo que V. Exa. determinar para a votação do projeto, com o relatório, que será apresentado - se Deus quiser - para que a gente possa se debruçar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu vou fazer um acordo com V. Exas. Senadora Daniella, V. Exa. está certa - porque a gente faz, rotineiramente, a aprovação de todos os projetos aqui -, mas eu queria fazer um acordo com V. Exas. de procedimentos: é votar o requerimento, e eu vou botar na pauta terça-feira para todo mundo entender o que está escrito no substitutivo e poder votar "sim" ou "não", com a sua consciência. Essa é a minha decisão.

Foi apresentado o Requerimento 814, de 2026, dos Líderes, que solicita urgência para apreciação da matéria.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento, com os votos contrários do Senador Rogerio Marinho e do Senador Hamilton Mourão.

Aprovado o requerimento, o Projeto de Lei nº 2.896, de 2022, será incluído oportunamente na Ordem do Dia. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues, V. Exa. está inscrito?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

(Soa a campainha.)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Randolfe, só um minutinho. O Senador Laércio tinha solicitado.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) - Depois da fala do Senador Randolfe Rodrigues, eu gostaria de usar a tribuna para fazer um registro importante também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Perfeitamente, V. Exa. estava inscrito aqui já.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para, no tempo de Liderança, usar a tribuna.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para discursar.) - Presidente, uso este tempo de Liderança para fazer uma prestação de contas com este Plenário e, me permita, Presidente, fazer uma prestação de contas também com V. Exa.

Em fevereiro de 2019, Presidente, V. Exa. foi conduzido, com muito orgulho para todos nós amapaenses, à Presidência do Senado Federal. Naquele momento, V. Exa. me designou para responder por uma das instituições que considero das mais conceituadas deste Senado, o Conselho Editorial do Senado. Ao término do meu mandato - ainda não será a despedida do Senado, que procurarei fazê-lo nas próximas semanas -, também termina o mandato à frente do Conselho Editorial do Senado.

Presidente, o Conselho Editorial do Senado foi criado nos fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, é uma das mais representativas instituições deste Bicentenário do Senado Federal. Eu tenho muito orgulho de, à frente do Conselho Editorial, poder, neste momento, Presidente Davi, fazer um conjunto de prestação de contas com V. Exa., com este Plenário e com os leitores brasileiros.

Presidente, esse foi o período, desde a criação do Cedit, de maior publicação de obras da história do Conselho Editorial. Foram mais de 150 obras voltadas à preservação da memória e ampliação ao acesso à leitura. Nesse período, o Conselho Editorial do Senado, junto com a Livraria do Senado, participou - e eu destaco este número - de mais de 30 feiras e bienais literárias, com presença nas cinco regiões do Brasil. Faço questão de destacar estes dois números, Presidente: em primeiro lugar, o número de obras publicadas, mais de 150; em segundo lugar, ao longo desse período, dos últimos cinco anos à frente do Cedit, nós estivemos presentes em mais de 30 feiras e 30 bienais literárias pelo país.

Publicamos, Presidente Davi, obras inéditas. Publicamos *Vozes do Brasil*. *Vozes do Brasil* - e eu tenho um particular orgulho dessa publicação - reúne os textos, os panfletos da Independência que estavam nos Estados Unidos desde 1927. De 1927 até 2019, a certidão de nascimento do nosso país, que são esses panfletos reunidos por um dos nossos mais eminentes e primeiros historiadores, Oliveira Lima - que foi professor da Universidade Católica de Washington, que foi professor da cátedra de História na Universidade de Washington -, estava lá exilada. Eu digo "exilada" porque é desde esse período de 1927 que esses documentos fundadores, testemunhos da fundação da nossa nação, lá estavam. Nós construímos, Presidente Davi, uma cooperação com a Universidade Católica de Washington. E eu queria aqui agradecer à Dra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado, e também agradecer à Oliveira Lima Library, instituição da Universidade Católica de Washington, que concordaram, naquele momento, com a repatriação dos panfletos da Independência. Hoje, esses panfletos estão microfilmados, e essa certidão de nascimento de nosso país se encontra nos arquivos do Senado. O resultado dessa repatriação foi o *Vozes do Brasil*, uma obra inédita em nosso país, que reúne o conjunto desses panfletos da Independência. Eu agradeço aqui à Profa. Heloisa Starling, que foi responsável por fazer a reunião de historiadores e fazer a apresentação dessa obra.

Junto com *Vozes do Brasil*, Presidente, nós também republicamos a clássica obra de Ricardo Kotscho *Explode um Novo Brasil*, um documento único sobre a histórica campanha das Diretas.

Nós também reproduzimos aqui um conjunto de obras de escritores de todos os cantos do país, de escritores dedicados à Amazônia e dedicados, em especial, aos nossos povos indígenas.

Presidente, me orgulho muito dessas 150 obras, das quais 32 foram de autores amapaenses. Foi o maior período de publicação de obras de autores amapaenses de que se tem conhecimento na história. Outras 40 obras estarão no prelo para serem publicadas no próximo período.

O Conselho Editorial, nesse período, Presidente, desenvolveu projetos editoriais em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa, com a Universidade de Brasília, com a Universidade Federal de Minas Gerais, em especial com o Departamento de História, com a Profa. Heloisa Starling - as publicações resultaram, inclusive, na obra Itinerários da Independência,

que fizemos em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, com o que percorremos todo o Brasil -, com a Universidade Federal Fluminense, com o Memorial JK.

Com o Memorial JK, em especial, aqui destaco, Presidente, a inauguração de uma obra que se chama *Memórias do Brasil*, com os discursos de Presidentes da República. Com o Memorial JK, fizemos a publicação de cinco volumes de todos os pronunciamentos do Presidente Juscelino Kubitschek, de 1956 até 1960.

Publicamos, Presidente, com Mauricio de Sousa, uma edição especial da *Turma da Mônica* destinada aos 200 anos do Senado.

Tivemos parceria com a Fundação Joaquim Nabuco, com a Biblioteca Oliveira Lima - a Oliveira Lima Library, da Universidade Católica de Washington, já citada -, com o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos, com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, com o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco - minha querida Senadora Teresa Leitão, inclusive com Pernambuco.

Tenho muito orgulho de ter publicado a reedição sobre os 200 anos da Revolução Pernambucana, um dos processos que nos constituiu como nação e que foi o abre-alas para o processo de nossa independência.

A Sra. Teresa Leitão (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - Estou aqui para lhe pedir um aparte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Por citar Pernambuco é que faço questão de ouvir V. Exa.

A Sra. Teresa Leitão (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para apartear.) - Quero pedir, porque eu vou sair, mas não queria deixar de registrar exatamente essa parte à qual V. Exa. se refere.

Eu presidi aqui, na Casa, uma Comissão Especial em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador. Passamos o ano inteiro com audiências públicas, com visitas técnicas, com um documentário que foi produzido pela TV Senado e com a publicação pela editora do Senado de uma coleção, com cinco - salvo engano meu - volumes sobre a Confederação do Equador, toda a história, depoimentos, leituras, visões.

A Confederação do Equador, como o Senador colocou aí, foi a expressão primeira da República, dando consequência à Revolução de 1817, lá no nosso Estado de Pernambuco. A gente, ainda hoje, diz que Pernambuco é o nosso país.

A editora do Senado nos orgulha - nos orgulha. É uma publicação disputada lá no estado, Senador. Eu mandei para várias bibliotecas, para a Fundação Joaquim Nabuco, que também contribuiu, para o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, à pessoa do Prof. George Cabral, da Universidade Federal de Pernambuco, que foi quem deu apoio técnico, assessoria técnica a esta Comissão.

É bonito a gente ver, quando tem bienal - como nós temos lá e vamos ter agora no próximo ano -, o estande do Senado, com todas as publicações disponibilizadas, estudantes visitando, obras de uma variedade imensa e de uma qualidade indiscutível.

Meus parabéns a V. Exa.! Com toda certeza, é um trabalho que deixa a sua marca, a marca de um professor de História, a marca de um político antenado, a marca de um Senador que não olha apenas para o nosso mister aqui: olha para aquilo que se reproduz lá fora, na composição e no avanço da sociedade.

Parabéns, querido. Parabéns mesmo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Obrigado, minha querida Líder, Senadora Teresa.

Uma das publicações, inclusive, de que nós muito nos orgulhamos é essa que diz respeito à história de Pernambuco, mas diz respeito mais diretamente à história do Brasil.

Pernambuco foi a *avant-première* do processo de emancipação nacional. Não tem independência contada sem a Revolução de 1817. Não existe independência contada que não tenha a passagem da Confederação do Equador. Independência sem Frei Caneca é independência incompleta. Algumas das obras que muito nos honram de publicação foram as obras que se referem a esse período.

Eu agradeço e fico honrado com o aparte de V. Exa.

Presidente, eu queria aqui agradecer do fundo do coração aos membros do Conselho Editorial: à minha Vice-Presidente nesse período, à Profa. Dra. Esther Bemerguy de Albuquerque; aos Conselheiros Alexandre Rodrigues, Heloisa Starling e Ana Cláudia Farranha; à minha caríssima Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado, pelas parcerias nas publicações e pelas iniciativas em muitas publicações; à Ana Flávia Magalhães Pinto; ao João Batista Gomes; à Ana Maria Veiga; ao Marco Americo Lucchesi, que dirige a Biblioteca Nacional, com muito orgulho para nós.

Pela primeira vez, Presidente, o Conselho Editorial do Senado teve assento de amapaenses, e aqui destaco a nossa poetisa Alcinéa Cavalcante e o nosso poeta João Gomes, Joãozinho Gomes.

Eu queria agradecer à Nathalia Henrich, em especial a parceria dela pela publicação, pela repatriação dos panfletos da Independência de Oliveira Lima; ao Carlos Rodrigues Caicolo; ao Eduardo Bueno; ao Rafael André Vaz.

Uma das nossas últimas publicações agora, Presidente Davi, será a obra de uma mestra quilombola, da minha querida Esmeraldina dos Santos, mestra, autodidata negra do Quilombo do Curiaú. Nós vamos publicar agora histórias de Esmeraldina, uma das nossas últimas publicações nesta gestão do Conselho Editorial do Senado.

Eu queria agradecer a todos pelas parcerias que fizemos, à Academia Brasileira de Letras. Nós estivemos presentes no Bicentenário do Senado Federal e estivemos presentes no Bicentenário da nossa Independência, como eu já citei agora, com Itinerários da Independência.

Durante a pandemia, o Conselho Editorial não parou. Realizamos debates, e isso resultou em uma publicação chamada *Diálogos da Pandemia*, que apresentava o desafio que o mundo e todos nós vivíamos naquele momento.

Estivemos presentes em seminários e exposições.

Para falar da nossa democracia e defendê-la, convidamos aqui para o Brasil o Prof. Steven Levitsky, autor de *Como as Democracias Morrem* e *Como Salvar a Democracia.*

Realizamos e lançamos a coletânea *Democracia Ontem, Hoje e Sempre*, para que a memória da democracia sempre seja lembrada, sobretudo para que não se esqueça de que não existe outro regime político em que as sociedades possam conviver que não o regime democrático.

Por fim, Presidente, pela primeira vez na história, desde a instituição do Conselho Editorial, o Conselho Editorial do Senado foi aclamado em prêmios nacionais.

Pela primeira vez, o Conselho Editorial foi premiado com o Prêmio Jabuti Acadêmico. O Cedit teve suas obras entre as semifinalistas em duas ocasiões: *Atlas Histórico-Econômico do Brasil no Século XIX*, obra que consta no catálogo do Conselho Editorial, que recomendo a todos; e *Cuidando da Nossa Terra: Experiências Wayana e Aparai de Gestão Territorial e Ambiental na Amazônia*. Essas duas obras foram semifinalistas do Prêmio Jabuti Acadêmico. É a primeira vez, desde a instituição do Conselho Editorial, que isso ocorreu.

O Conselho Editorial foi premiado pela *Folha de S.Paulo*. Em comemoração ao Bicentenário da Independência, o jornal publicou a seleção 200 Anos, 200 Livros, incluindo quatro títulos publicados pelo Conselho Editorial do Senado.

O portal *G1*, em 2024, reproduziu e premiou a obra de um amapaense, Presidente Davi. *Poemas do Homem do Cais*, de Alcy Araújo, que foi publicado pelo Cedit, foi eleito o melhor livro do Amapá em seleção nacional feita por aquele portal.

Além disso, também fomos premiados pelo Conselho Nacional de Justiça. Em 2025, a obra que trata sobre a violência doméstica, com o título *Após a Morte do Conto de Fadas, a Ressurreição!*, também foi premiada.

Esses prêmios todos, Presidente, são os primeiros da história do Conselho Editorial.

Presidente, V. Exa. me designou para presidir esse Conselho Editorial. Nossa última publicação tem data para ocorrer e vai ser mais um capítulo de *Memórias do Brasil*. Eu quero agradecer a V. Exa. pelo momento que proporciona para a publicação. Vai ser o momento da inauguração de um espaço do Senado Federal, que é o Senado Cultural - uma obra cuja arquitetura reproduz as curvas características de Brasília; uma obra que vai ser o espaço da memória do Senado e vai ser a memória da nossa história.

Nesse momento, nós, junto com a presença, inclusive, do Presidente da República nessa inauguração, estaremos lançando a última obra da nossa gestão à frente do Conselho Editorial.

Repito: V. Exa. me designou para essa missão. Eu a devolvo ao fim do meu mandato, dizendo que entregamos o Conselho Editorial como uma das instituições editoriais mais respeitadas deste país.

O Senado tem hoje na sua editora, no Conselho Editorial do Senado, uma das instituições mais respeitadas do Brasil pela qualidade de suas publicações, pelos prêmios angariados e pela quantidade de obras que nós aqui fizemos.

Agradeço a V. Exa., portanto.

A Sra. Eliziane Gama (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) - Senador Randolfe Rodrigues...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Senadora Eliziane.

A Sra. Eliziane Gama (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) - V. Exa. me permite?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Por favor.

A Sra. Eliziane Gama (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para apartear.) - Eu quero cumprimentar V. Exa., eu sei que não é o seu discurso de despedida, como também não é o meu - farei em um momento oportuno -, mas eu quero, inicialmente, lamentar sobretudo, e falo isso com a mais sincera verdade do meu coração, pela admiração que eu tenho por V. Exa. Antes mesmo de vir para este Parlamento, eu já o admirava, já o respeitava pela sua inteligência, pela sua visão de mundo, pela sua visão estratégica e pela contribuição que V. Exa. deu à República do nosso país.

Eu acho que seu estado perde muito com a sua ausência nos próximos anos aqui nesta Casa, mas você, como eu e como todo democrata brasileiro, respeita o resultado das eleições. Quando a gente perde, a gente precisa realmente aceitar, mas eu não posso deixar de lamentar, de fato, a sua ausência no Congresso brasileiro pelos próximos anos.

Quero parabenizá-lo, Senador, pela condução do Conselho Editorial do Senado. Esse é um espaço do Senado em que - pelo menos, eu, pessoalmente -, antes de V. Exa. na condução, a gente não tinha uma expansão, eu diria assim, um acesso e um conhecimento tão amplo sobre o papel que esse conselho pode ter para a cultura brasileira, para a literatura brasileira - eu queria fazer um recorte muito importante -, para a democracia brasileira.

Durante toda a permanência de V. Exa. no conselho, eu tive a oportunidade de participar de alguns debates, de algumas exposições, inclusive na Biblioteca do Senado Federal, onde V. Exa. priorizou o debate e a defesa da democracia. Os grandes debates que nós tivemos aqui nesta Casa foram liderados pelo Conselho Editorial, trazendo nomes e ícones do debate da democracia no mundo afora, porque a gente sabe que a preocupação com a democracia não é uma preocupação apenas do Brasil ou da América; é uma preocupação mundial. A gente percebe um avanço das células fascistas no mundo afora, na Europa, e isso se expandindo por vários países, passando pela Alemanha, passando pela Itália, passando por vários outros países, inclusive nos Estados Unidos e, infelizmente, no Brasil também. A gente faz uma interrupção daqueles que pensavam em propagar essa prática extremista no Brasil, com a reeleição histórica do Presidente Lula.

E o seu papel no Conselho Editorial foi muito importante na medida em que você tem aqui, por exemplo, autores como, entre eles, o Levitsky, que é autor de *Como as Democracias Morrem*. Eu tive, inclusive, a honra de receber dele um convite para participar também desse debate, como Presidente da Comissão de Defesa da Democracia, e, de fato, um debate fundamental, porque esse livro é um *best-seller* e é uma referência hoje no mundo; ou seja, é a destruição da democracia utilizando instrumentos, inclusive, democráticos, como a gente já vivenciou isso. A própria ascensão do Hitler ao poder se deu inicialmente pelo processo democrático, e, depois, ele instaura, na verdade, um período muito sombrio na história mundial, como todos nós já sabemos. Então, esse foi um debate muito bem conduzido pelo Conselho Editorial.

Eu quero parabenizá-lo, desejar-lhe realmente muito sucesso e dizer que V. Exa. deixa um legado nesta Casa: para além da atuação no Parlamento, a sua atuação no Conselho Editorial - para mim, é uma honra muito grande poder ter acompanhado também toda a sua atuação.

Portanto, parabéns. O meu desejo e a minha torcida é que V. Exa. continue dando a grande contribuição para a nação brasileira, que eu não tenho nenhuma dúvida que V. Exa. dará, ao lado do Presidente Lula, eleito historicamente para mais um mandato neste país, com a contribuição decisiva da sua atuação aqui no Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Eu que agradeço, Senadora Eliziane.

Uma das coisas entre as coisas que muito me honram é a convivência com V. Exa. aqui. Nós estivemos juntos em momentos decisivos para a história do país, e eu destaco aqui a nossa atuação comum durante a CPI da Pandemia, durante a CPI da covid.

Eu também diria o mesmo de V. Exa.: V. Exa. se destacará e passará à história - e eu acho que o sentido nosso de existir é o que nós podemos fazer na história - como uma das melhores políticas e Senadoras da história do grande Estado do Maranhão. Então, me honra muito essa convivência que aqui tivemos juntos.

Presidente, eu quero, então, concluir, agradecendo a V. Exa. pela designação para conduzir o Conselho Editorial do Senado. No dia 9, nós teremos a nossa última publicação - mais uma das publicações da série *Memórias do Brasil*. Vamos continuar a contar a história dos discursos dos Presidentes da República, quando começamos com Juscelino Kubitschek e continuaremos também no livro que lançaremos no próximo dia 9.

E eu tenho certeza de que, a partir de 1º de fevereiro, este Senado... E eu espero, Presidente, que V. Exa. - V. Exa. - saberá fazer uma boa designação também para o Conselho Editorial, que, ao que me parece, receberá o Conselho Editorial com um belíssimo legado de 150 livros publicados, o maior período de publicação de livros da história do Conselho Editorial.

Livros não abrem somente mentes; eles abrem almas e corações. Por isso, sempre que se proclamam os livros, se proclama a civilização, e é por isso que os inimigos da civilização sempre se contrapõem aos livros.

Receberá o Conselho Editorial também como uma das editoras mais conceituadas do nosso país - é assim que entregamos -, e eu tenho certeza de que o senhor, a partir de fevereiro do ano que vem - eu tenho muita fé nisso -, fará a devida designação de algum colega para continuar a condução do Conselho Editorial.

Sobre a vida, como diz o poema de Guimarães Rosa, ela é assim: "esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem". *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Gostaria de cumprimentar pelo discurso proferido na tribuna o nosso querido Senador Randolfe Rodrigues e dizer a V. Exa. que nós estamos...

Em outra oportunidade, a Presidência do Senado Federal vai publicamente prestar contas da atuação de V. Exa. à frente do Conselho Editorial do Senado Federal, a Casa da Federação. V. Exa. fez um pronunciamento também de prestação de contas em relação à sua atuação à frente do Conselho Editorial, e, em todos os ambientes em que nós tratamos em relação à atuação do Conselho Editorial na ausência de V. Exa., a admiração e o reconhecimento são constantes.

Permita-me fazer essa pequena manifestação de agradecimento em nome do Senado Federal, porque tudo que foi dito na tribuna ali, Senador Randolfe Rodrigues, Prof. Randolfe, é a pura verdade. A desenvoltura de V. Exa. à frente do Conselho Editorial do Senado Federal orgulha o Senado Federal. Foi uma escolha muito acertada, tenho muito orgulho de ter decidido por V. Exa. pela sua história, mas sobretudo pelos resultados, porque a gente acompanhou esses anos todos e o reflexo do trabalho é o discurso que V. Exa. falou na tribuna do Senado Federal.

Parabéns. É o Senado Federal que tem que agradecer a atuação de V. Exa. à frente do Conselho por engrandecer uma instituição do Senado Federal que hoje é orgulho de todos nós, sobretudo dos brasileiros que acompanham o trabalho de V. Exa.

Parabéns, parabéns.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Presidente... Uma questão de ordem, rapidamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Laércio, só um minutinho, uma questão de ordem solicitada pelo Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) - Presidente, foi votado hoje na CCJ um projeto - inclusive, está aqui do nosso lado o Deputado Ulysses - que foi aprovado por unanimidade e é sobre a questão de audiência de custódia. Foi unânime, e o Senador Marcio Bittar pediu que eu pedisse a V. Exa. para botar na extrapauta - ele está chegando aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu vou recolher o requerimento...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - É o Projeto de Lei 714, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Vou recolher o requerimento e a solicitação de V. Exa. e nós vamos deliberar, quando a gente for reunir a Mesa, sobre o momento oportuno para deliberar esse projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - O.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Concedo a palavra...

Peço a atenção de V. Exas., da Secretaria da Mesa também: o Senador Laércio Oliveira solicitou também o tempo de Liderança.

Com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela Liderança.) - Obrigado, Sr. Presidente Davi Alcolumbre.

Antes de fazer o registro, que faço questão de fazer aqui porque é orgulho para todos nós brasileiros, eu queria cumprimentar também o Senador Randolfe Rodrigues.

Nós temos posições políticas algumas vezes diferentes, nós temos histórias políticas diferentes, mas eu já disse na particularidade a você algumas vezes - e eu vou usar você porque é o adjetivo que nos cabe, neste momento - que você tem

uma capacidade extraordinária de comunicar os seus pensamentos, de comunicar as suas verdades e de tornar o ambiente que o escuta muito melhor. O conteúdo que você exala nas suas palavras faz bem a quem escuta.

Eu fico muito feliz, Randolfe, em poder ouvir os seus discursos, ouvir os pronunciamentos que você faz aqui, seja na defesa daquilo que você acredita ou seja quando você traz o seu conhecimento cultural para o conhecimento e para o deleite de todos que aqui estão. Você esteve à frente do Conselho Editorial do Senado Federal - esteve não, ainda está - e, certamente, fará muita falta pelo que você representa.

Então, eu disse a você, há poucos instantes: "Como se fala depois que Randolfe Rodrigues fala?". Mas eu aprendi, meu amigo, com o passar do tempo, a admirar você, gostar de você, e eu quero publicamente declarar esse meu sentimento aqui. Saiba que a gente vai se encontrar muitas vezes por aqui porque a vida é assim, mas você leve consigo a minha admiração, o meu reconhecimento e a minha gratidão por tanto conteúdo que você distribuiu gratuitamente para todos nós.

Meus parabéns pelo seu trabalho.

Senhoras e senhores, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu quero fazer aqui um registro muito especial na tarde de hoje porque eu quero honrar também um brasileiro, que talvez a maioria aqui presente não conheça, mas eu peço a palavra para falar de um brasileiro chamado Marcio Rea, que acaba de assumir um dos postos de maior responsabilidade do setor elétrico mundial: a Presidência da GO15. Mas muita gente pode estar pensando aqui neste Plenário: e o que é GO15? GO15 é o grupo das 15 maiores operadoras do setor elétrico do mundo. Somente para vocês terem uma ideia, 60% da energia do mundo está sob o controle dessa organização, e, para orgulho nosso, a partir do dia 1º de janeiro de 2027, um brasileiro, Marcio Rea, assumirá esse posto.

Eu faço isso não por cortesia protocolar, mas porque conheço a trajetória de quem chega a esse lugar. Marcio Rea construiu sua carreira dentro da operação do sistema elétrico brasileiro. Não é um nome que chegou ao setor pela porta da conveniência; é um técnico formado na rotina dura de quem precisa garantir que a energia chegue, todos os dias, a todas as regiões de um país de dimensões continentais.

Como Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, conduz hoje a operação de um dos sistemas mais complexos do planeta, com matriz profundamente renovável, hidrelétricas que sustentam a estabilidade do suprimento, expansão acelerada de fontes intermitentes e uma malha de transmissão que atravessa realidades regionais muito distintas.

E aqui eu faço questão de registrar que o Brasil ocupa lugar central no cenário internacional de energia, não apenas como produtor de energia limpa, mas como operador capaz de integrar renováveis em escala, manter a segurança do sistema diante de eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes e oferecer respostas técnicas que interessam a operadores de todo o mundo.

A escolha de um brasileiro para presidir esta entidade é o reconhecimento internacional desse acervo. A entidade que ele passa a presidir reúne 19 operadores e responde por aproximadamente 60% da demanda global de eletricidade. É uma das mais relevantes iniciativas de cooperação do setor, e sua força está exatamente onde os desafios se concentram: no intercâmbio de conhecimento sobre a operação em um contexto de transformação sem precedentes, marcado pela expansão das renováveis, pela inteligência artificial, pelos eventos climáticos extremos e por novas demandas de consumo como os *data centers*.

Por isso, registro, com muita honra, a minha confiança. A Presidência de Marcio Rea no GO15 honra o Brasil e fortalece a cooperação internacional de que o setor elétrico tanto precisa.

Faço questão de pedir ao Sr. Presidente que registre nos *Anais* da Casa esse marco importante para o Brasil, na pessoa do Dr. Marcio Rea, que assume o GO15, um organismo internacional, e que leva a experiência do Brasil para o mundo todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu queria... Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Dra. Eudócia, permitam-me - só um minutinho - fazer apenas um agradecimento.

Primeiro, quero registrar a presença do suplente do Senador Sergio Fernando Moro, que estará convivendo conosco a partir do dia da renúncia do Senador Moro, que foi eleito Governador do Paraná. Nós estamos aqui na Mesa do Senado Federal com a presença do Senador Luis Felipe, Senador pela representação do Estado do Paraná, que vai tomar posse no mandato de Senador e vai conviver conosco pelos próximos quatro anos, se Deus quiser.

Obrigado, Senador.

Seja bem-vindo!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senadora Dra. Eudócia, eu queria fazer um agradecimento ao Senador Laércio Oliveira por lembrança do Senador, do nosso Prof. Randolfe Rodrigues.

Eu tive um compromisso de uma agenda institucional ontem, na sessão deliberativa, e o nosso querido Secretário da Mesa Senador Laércio Oliveira conduziu os trabalhos. Ele conduziu a votação de um tema cujo debate se iniciou com uma grande polêmica e, como condutor na Presidência do Senado, conseguiu construir com o Relator, Senador Humberto Costa, com o Governo, autor do projeto, e com a oposição, que tinha apresentado vários destaques e que gostaria de fazer algumas adequações no projeto.

Então, eu queria, Senador Laércio, cumprimentar V. Exa., que, na sessão de ontem, conduziu, com maestria, o desenrolar da deliberação desse importante projeto que nós votamos na tarde e na noite de ontem, e o Senador Randolfe Rodrigues fez a lembrança de que eu não tinha feito menção à condução de V. Exa.

Parabéns! Muito obrigado. Deu tudo certo.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) - É um prazer honrar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Queria conceder a palavra à Senadora Dra. Eudócia, pela Liderança do PSDB, para fazer uso da tribuna, e também acrescer o tempo de Liderança.

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Pela Liderança.) - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, caros colegas Senadores e Senadoras aqui presentes.

Venho a esta tribuna manifestar a minha preocupação e também a minha indignação com a situação do abastecimento de água nos municípios alagoanos atendidos pela empresa chamada BRK Ambiental. Estamos falando de um serviço essencial, mas milhares de famílias enfrentam torneiras vazias, interrupções frequentes e contas que continuam chegando em seus domicílios, muitas vezes com valores elevados.

Aqui nós estamos falando de uma empresa que, de uma forma crônica e reincidente, não efetua o devido abastecimento nos domicílios dessas 13 cidades alagoanas para as quais a BRK foi contratada. Entretanto, no final do mês, essas famílias recebem as contas para pagar. São contas altas para essas famílias, o que é algo totalmente inconcebível.

Em 2020, a BRK venceu o leilão da concessão de saneamento da Região Metropolitana de Maceió, oferecendo R$2,009 bilhões pela outorga, assumindo os serviços em 13 municípios por 35 anos. Foram anunciados aproximadamente R$2,6 bilhões em investimentos, estabelecida a meta de universalização do abastecimento de água em até seis anos. Mas o que é grave é que isso não está acontecendo. Cadê os investimentos que a BRK falou que iria colocar? Cadê os R$2,6 bilhões de investimentos? O que a gente vê são tubulações sucateadas, obras que começam a ser realizadas e são paradas... Isso tem um nome, se chama falta de compromisso; tem outro nome, que se chama falta de responsabilidade; e outro nome também, que se chama falta de respeito com a população alagoana.

Foi anunciado, como eu já falei, esse aporte de R$2,6 bilhões de investimentos e estabelecida a meta, como eu já falei também, de universalização do abastecimento de água em até seis anos. A BRK tem a obrigação de manter diuturnamente o abastecimento de água e esgoto para essas 13 cidades de Alagoas, e esse desabastecimento, que está ocorrendo de uma forma crônica e recidivante, é totalmente inconcebível, é totalmente inadmissível.

Mas, em 2026, os relatos da população mostram uma realidade preocupante, tanto na nossa capital Maceió como também nos demais municípios onde a BRK foi contratada para oferecer seus serviços. Por exemplo, em Barra de Santo Antônio, moradores da Ilha da Croa denunciaram períodos superiores a dez dias sem água. Imaginem vocês uma família ficar dez dias sem água. Água é vida, nós dependemos da água para tudo. Imaginem o que passaram essas famílias.

Também temos esse acontecimento de desabastecimento de água em Pilar, em Atalaia, em Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco, que são cidades alagoanas. Representantes municipais cobraram explicações sobre a falta de abastecimento e os investimentos que foram prometidos para aprimorar e melhorar o abastecimento dessas famílias. Por exemplo, em Barra de São Miguel, houve falhas na captação e a paralisação de um poço, comprometendo o fornecimento de água para toda a população da Barra de São Miguel; e, no último dia 23 de novembro, moradores do Residencial Parque da Lagoa, que fica no bairro Vergel do Lago, lá na nossa capital, Maceió, protestaram após relatarem aproximadamente 30 dias - 30 dias - sem abastecimento regular. Isso é um absurdo, e isso não pode continuar acontecendo nesses municípios.

A BRK não pode continuar tratando essas famílias de uma forma desrespeitosa, sem ter compromisso, sem ter responsabilidade com a contratualização da qual ela participou.

Também foram registradas reclamações sobre cobranças elevadas, como eu já coloquei aqui, incluindo um caso de uma família que passou mais de 30 dias sem água. E pasmem: sabem qual foi a fatura que chegou exatamente no mês que faltou água para essa família? Receberam a fatura de R$7 mil - R$7 mil! Isso é um absurdo, e isso não pode mais acontecer na nossa capital e também não pode acontecer nas outras 12 cidades do nosso querido Estado de Alagoas.

Diante desses fatos, precisamos cobrar respostas. Quais metas contratuais foram cumpridas? Quanto dos investimentos anunciados - R$2,6 bilhões - já foram efetivamente aplicados? E como ficam as cobranças dos consumidores durante períodos prolongados de desabastecimento? São essas perguntas que eu faço à empresa BRK.

Não podemos aceitar que a conta chegue todos os meses enquanto a água não chega às casas dos alagoanos. Uma concessão de 35 anos exige responsabilidade, transparência e fiscalização. O povo alagoano não quer promessas: quer água na torneira. Água não é luxo, não é favor também, é um direito essencial e uma questão de dignidade humana. Mais uma vez, eu repito: água é vida. Não podemos falar de saúde sem falar de água.

Então, se está faltando água na casa dos alagoanos, nós estamos falando também de impacto direto na saúde da nossa população.

Era isso o que eu tinha para falar, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Cumprimento V. Exa., Senadora Dra. Eudócia.

Senador Jayme Campos, V. Exa. está inscrito para fazer uso da...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) - Vou liberar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Zequinha Marinho, V. Exa. deseja fazer uso da palavra?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Item extrapauta. *(Pausa.)*

Requerimentos de licença: Requerimentos 421, 422 e 423, de 2026, dos Senadores Nelsinho Trad, Eduardo Gomes e Fabiano Contarato, respectivamente, que solicitam, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participarem de missões oficiais, nos termos das autorizações da Presidência do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos e será cumprida a deliberação de Plenário. *(Pausa.)*

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 01 minuto.)